

**Demonstrações
Contábeis e
Notas Explicativas**

EXERCÍCIO

2021

DNIT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT
(CNPJ 04.892.707/0001-00 – Órgão: 39252 - Gestão 39252)

BALANÇO PATRIMONIAL

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2021	2020	ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	NOTAS EXPLICATIVAS	1.017,53	1.096,43	PASSIVO CIRCULANTE	NOTAS EXPLICATIVAS	263,98	244,73
Caixa e Equivalentes de Caixa		145,97	171,27	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		70,43	71,22
Créditos a Curto Prazo		864,27	916,61	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	NOTA 09	94,04	71,81
Demais Créditos e Valores	NOTA 01	864,27	916,61	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		7,13	8,28	Provisões a Curto Prazo		0,59	0,59
VPDs Pagas Antecipadamente		0,16	0,26	Demais Obrigações a Curto Prazo	NOTA 10	98,92	101,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	NOTAS EXPLICATIVAS	436.865,93	372.716,75	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11,63	7,38
Ativo Realizável a Longo Prazo		619,87	1.178,87	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		3,80	-
Créditos a Longo Prazo		619,87	1.178,87	Demais Obrigações a Longo Prazo		7,83	7,38
Dívida Ativa Não Tributária	NOTA 02	360,68	245,58	Resultado Diferido		-	-
Demais Créditos e Valores	NOTA 03	976,12	933,28	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		275,61	252,11
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-716,93		PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado		436.235,10	371.444,02	ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
Bens Móveis	NOTA 04	212,77	199,11	NOTAS EXPLICATIVAS			
Bens Móveis		319,33	296,73	Resultados Acumulados		437.607,85	373.561,06
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	NOTA 05	-106,56	-97,63	Resultado do Exercício		64.097,53	32.861,22
Bens Imóveis	NOTA 06	436.022,33	371.244,92	Resultados de Exercícios Anteriores		373.561,06	335.493,39
Bens Imóveis		436.032,14	371.254,18	Ajustes de Exercícios Anteriores	NOTA 11	-50,74	5.206,46
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	NOTA 07	-9,81	-9,26	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		437.607,85	373.561,06
Intangível	NOTA 08	10,96	93,86				
Softwares		10,96	93,86				
Softwares		11,00	93,88				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-0,02	-0,01				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-0,02	-0,02				
TOTAL DO ATIVO		437.883,46	373.813,17	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		437.883,46	373.813,17

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	145,97	171,27	PASSIVO FINANCEIRO	3.914,61	4.239,77
ATIVO PERMANENTE	437.737,49	373.641,90	PASSIVO PERMANENTE	189,77	145,40
SALDO PATRIMONIAL				433.779,08	369.428,00

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2021	2020	ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NOTAS EXPLICATIVAS			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NOTAS EXPLICATIVAS		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA 13	23.468,55	22.573,69	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		37.801,31	37.572,11
Atos Potenciais Ativos		23.468,55	22.573,69	Atos Potenciais Passivos		37.801,31	37.572,11
Garantias e Contragarantias Recebidas		23.466,67	22.499,70	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		1,71	73,98	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.824,74	2.908,52
Direitos Contratuais		0,16	0,01	Obrigações Contratuais	NOTA 12	35.976,57	34.663,59
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL		23.468,55	22.573,69	TOTAL		37.801,31	37.572,11

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.316,48
Recursos Vinculados	-452,16
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-0,85
Previdência Social (RPPS)	-0,99
Dívida Pública	-114,71
Alienação de Bens e Direitos	2,84
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-338,44
TOTAL	-3.768,64

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
ESPECIFICAÇÕES	NOTAS EXPLICATIVAS	2021	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		70.278,00	42.698,35
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	NOTA 14	46,22	35,23
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		46,22	35,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		46,52	15,60
Juros e Encargos de Mora	NOTA 15	46,49	15,60
Variações Monetárias e Cambiais		0,03	-
Transferências e Delegações Recebidas		8.448,53	8.974,55
Transferências Intragovernamentais		8.160,15	8.933,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas		288,38	41,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	NOTA 16	61.004,64	33.179,73
Reavaliação de Ativos		6,42	8,88
Ganhos com Alienação		0,02	0,03
Ganhos com Incorporação de Ativos		60.892,48	33.113,27
Ganhos com Desincorporação de Passivos		105,72	57,55
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		732,09	493,24
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	NOTA 17	732,09	493,24
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		6.180,47	9.837,13
Pessoal e Encargos		541,94	549,22
Remuneração a Pessoal		407,58	413,72
Encargos Patronais		97,13	95,76
Benefícios a Pessoal		15,45	16,46
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		21,77	23,28
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		251,64	228,05
Aposentadorias e Reformas		199,94	187,88
Pensões		46,15	34,48
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		5,54	5,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		776,42	615,06
Uso de Material de Consumo		5,92	4,20
Serviços	NOTA 18	760,87	609,13
Depreciação, Amortização e Exaustão	NOTA 19	9,64	1,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		4,96	6,15
Juros e Encargos de Mora		0,03	0,02
Descontos Financeiros Concedidos		4,93	6,13
Transferências e Delegações Concedidas		1.543,57	1.198,05
Transferências Intragovernamentais		1.133,12	1.102,87

Transferências Intergovernamentais	NOTA 20	118,55	75,23
Outras Transferências e Delegações Concedidas		291,89	19,95
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	NOTA 21	3.023,95	7.223,86
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		716,93	2,09
Perdas com Alienação		0,85	0,14
Perdas Involuntárias		0,08	-
Incorporação de Passivos		2,87	0,09
Desincorporação de Ativos		2.303,23	7.221,54
Tributárias		6,77	4,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,76	0,59
Contribuições		6,01	4,15
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		31,22	12,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	NOTA 22	31,22	12,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		64.097,53	32.861,22

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	NOTA 23				
RECEITAS CORRENTES			380,16	596,23	216,07
Receita Patrimonial			6,64	5,36	-1,28
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			6,64	5,36	-1,28
Receitas de Serviços			29,73	40,18	10,45
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			29,73	40,18	10,45
Outras Receitas Correntes			343,80	550,70	206,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			343,62	549,97	206,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			0,18	0,73	0,55
RECEITAS DE CAPITAL			691,22	1,68	-689,54
Operações de Crédito			690,85	-	-690,85
Operações de Crédito Internas			690,85	-	-690,85
Alienação de Bens			0,37	1,68	1,31
Alienação de Bens Móveis			0,37	1,68	1,31
SUBTOTAL DE RECEITAS		1.071,38	1.071,38	597,91	-473,47
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.071,38	1.071,38	597,91	-473,47
DEFICIT				7.074,46	7.074,46
TOTAL		1.071,38	1.071,38	7.672,38	6.600,99
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	1.599,76	-	-1.599,76
Superavit Financeiro		-	440,59	-	
Excesso de Arrecadação		-	200,00	-	
Créditos Cancelados		-	959,17	-	

DESPESAS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	NOTA 24						
DESPESAS CORRENTES		1.656,82	1.569,22	1.481,89	1.197,70	1.141,64	87,34
Pessoal e Encargos Sociais		755,84	769,60	756,67	742,36	689,21	12,93
Outras Despesas Correntes		900,97	799,62	725,21	455,34	452,43	74,41
DESPESAS DE CAPITAL		4.659,69	6.347,05	6.190,49	3.514,78	3.513,72	156,56
Investimentos		4.651,11	6.338,12	6.190,49	3.514,78	3.513,72	147,64
Inversões Financeiras		8,59	8,92	-	-	-	8,92
SUBTOTAL DAS DESPESAS		6.316,51	7.916,27	7.672,38	4.712,49	4.655,36	243,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		6.316,51	7.916,27	7.672,38	4.712,49	4.655,36	243,89
TOTAL		6.316,51	7.916,27	7.672,38	4.712,49	4.655,36	243,89

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	NOTA 25	143,73	270,34	270,31	61,62	61,47
Pessoal e Encargos Sociais		10,86	4,76	4,76	10,86	9,35
Outras Despesas Correntes		132,87	265,58	265,55	50,76	52,12
DESPESAS DE CAPITAL	NOTA 25	958,66	2.760,18	2.757,70	177,49	814,72
Investimentos		958,66	2.760,18	2.757,70	177,49	814,72
TOTAL		1.102,40	3.030,52	3.028,01	239,11	876,19

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	NOTA 25	6,07	55,52	0,66	2,07
Pessoal e Encargos Sociais		3,45	51,44	-	0,04
Outras Despesas Correntes		2,62	4,08	0,66	2,04
DESPESAS DE CAPITAL	NOTA 25	18,12	19,20	0,16	18,03
Investimentos		18,12	19,20	0,16	18,03
TOTAL		24,20	74,71	0,82	20,10

BALANÇO FINANCEIRO

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2021	2020
Receitas Orçamentárias		597,91	418,52	Despesas Orçamentárias		7.672,38	8.926,01
Ordinárias		-	-	Ordinárias		6.749,52	5.086,84
Vinculadas		615,18	446,52	Vinculadas		922,86	3.839,18
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		97,42	7,94
Alienação de Bens e Direitos		1,76	0,18	Previdência Social (RPPS)		83,53	150,28
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		613,43	446,34	Dívida Pública		15,60	1.043,20
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-17,27	-28,00	Alienação de Bens e Direitos			2,82
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		726,31	2.634,94
Transferências Financeiras Recebidas		8.155,68	8.843,03	Transferências Financeiras Concedidas		1.128,70	1.012,42
Resultantes da Execução Orçamentária		4.880,28	6.160,43	Resultantes da Execução Orçamentária		252,59	424,76
Repasse Recebido		4.698,88	5.924,74	Repasse Concedido		71,13	176,85
Sub-repasse Recebido		181,40	232,63	Sub-repasse Concedido		181,40	232,63
Sub-repasse Devolvido			3,06	Repasse Devolvido		0,06	12,22
Independentes da Execução Orçamentária	NOTA 26	3.275,40	2.682,60	Sub-repasse Devolvido	NOTA 26		3,06
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.172,91	2.628,05	Independentes da Execução Orçamentária		876,12	587,66
Demais Transferências Recebidas		22,08	6,76	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		188,83	144,46
Movimentação de Saldos Patrimoniais		80,41	46,38	Demais Transferências Concedidas		0,14	0,28
Movimentações para Incorporação de Saldos			1,42	Movimento de Saldos Patrimoniais		687,14	441,50
Aporte ao RPPS		-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos			1,42
Recebimentos Extraorçamentários		3.128,57	3.136,69	Pagamentos Extraorçamentários		3.106,39	2.601,78
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		57,13	66,20	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		74,71	75,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.959,89	3.040,91	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		3.028,01	2.525,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4,14	0,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3,67	0,68
Outros Recebimentos Extraorçamentários		107,41	28,96	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		107,36	28,90				
Demais Recebimentos		0,05	0,06				
Saldo do Exercício Anterior		171,27	313,24	Saldo para o Exercício Seguinte		145,97	171,27
Caixa e Equivalentes de Caixa		171,27	313,24	Caixa e Equivalentes de Caixa		145,97	171,27
TOTAL		12.053,44	12.711,49	TOTAL		12.053,44	12.711,49

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

		2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS EXPLICATIVAS	6.144,34	6.838,25
INGRESSOS		8.863,47	9.290,96
Receita Patrimonial		5,36	6,32
Receita de Serviços		40,18	28,79
Outras Receitas Derivadas e Originárias		550,70	383,22
Outros Ingressos Operacionais		8.267,23	8.872,62
Ingressos Extraorçamentários		4,14	0,62
Transferências Financeiras Recebidas		8.155,68	8.843,03
Arrecadação de Outra Unidade		107,36	28,90
Demais Recebimentos		0,05	0,06
DESEMBOLSOS		-2.719,13	-2.452,70
Pessoal e Demais Despesas		-1.373,83	-1.250,10
Administração		-3,56	-1,79
Segurança Pública		-0,05	-0,05
Assistência Social		-	-0,08
Previdência Social		-222,75	-225,25
Transporte		-1.135,18	-1.019,13
Encargos Especiais		-12,29	-3,79
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	-
Transferências Concedidas		-212,94	-189,51
Intergovernamentais		-118,55	-95,23
A Estados e/ou Distrito Federal		-114,05	-89,82
A Municípios		-4,50	-5,41
Intragovernamentais		-94,38	-94,28
Outros Desembolsos Operacionais		-1.132,37	-1.013,10
Dispêndios Extraorçamentários		-3,67	-0,68
Transferências Financeiras Concedidas		-1.128,70	-1.012,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-6.169,64	-6.980,22
INGRESSOS		1,68	0,18
Alienação de Bens		1,68	0,18
DESEMBOLSOS		-6.171,32	-6.980,40
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.704,61	-4.619,43
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.466,71	-2.360,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-25,30	-141,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	NOTA 26	171,27	313,24
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	NOTA 26	145,97	171,27

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Órgão 39252.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, e consubs-tanciada na conformidade de Registro de Gestão.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS ainda não está completamente implantado e em operação. Durante o exercício de 2021 iniciou-se a implantação do SIADS no DNIT. Em novembro de 2021, a Coordenação de Contabilidade realizou uma pesquisa sobre a situação da implantação desse sistema em todas as vinte e seis (26) Superintendências Regionais (Processo nº 50600.030125/2021-14). Em resumo, o resultado da pesquisa demonstra que (SEI nº 9687893):

1.1. Em relação ao **Módulo Consumo**: 76,9% declararam que o mesmo não estava em operação, contra 23,1% afirmaram que o módulo estava implantado e em operação;

1.2. Sobre o **Módulo Permanente**: 88,5% afirmaram não estar em operação e 11,5% que, sim, estava implantado e em operação;

1.3. Em relação ao registro da Depreciação Mensal: 57,7% afirma que não houve registro da **depreciação mensal** em 2021; 30,8% afirma que houve o registro parcial; e 11,5% declara que houve o registro durante o exercício.

2. Não realização dos procedimentos patrimoniais de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação dos bens adquiridos anteriormente ao exercício de 2010. Apesar de a grande parte das Unidades Gestoras do DNIT terem criado as comissões de reavaliação, apenas 10 (dez) UG (390077, 393010, 393011, 393013, 393014, 393017, 393020, 393021, 393025 e 393028) concluíram o procedimento, sendo que a UG 393017 não registrou a reavaliação no SIADS em razão da indisponibilidade do sistema;

3. Falta de incorporação no patrimônio da Autarquia dos bens móveis recebidos da UG 390081 – Inventariança da RFFSA. No DNIT, criou-se a UG 390059 para receber os saldos contábeis. Após esse procedimento, autuou-se o Processo nº 50600.021111/2019-87 para solicitar providências aos setores responsáveis;

4. Ausência de contabilização dos bens de infraestrutura, não concedidos à iniciativa privada, do modal ferroviário (ferrovias, pátios ferroviários, faixa de domínio, edificações ligadas às ferrovias, etc). Registra-se que somente as ferrovias concedidas estão contabilizadas no SIAFI;

5. Ausência de registro contábil de alguns Bens de Infraestrutura relacionados ao modal hidroviário, quais sejam: canais de navegação e portos marítimos.

6. Ausência de constituição de Ajustes para Perdas Estimadas para os créditos administrativos a receber e para os créditos inscritos em Dívida Ativa. Este assunto está sendo tratado nos Processos nº 50600.019017/2019-68 e 50600.002678/2018-73;

7. Ausência de contabilização das Obras de Artes Especiais – OAE dos modais rodoviário e ferroviário;
8. Falta de padronização e regularização dos registros contábeis de terrenos desapropriados para construção, aumento de capacidade, etc de rodovias, bem como do registro dos terrenos de faixa de domínio;

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2022.

JAQUELINE COSTA DA SILVA
Coordenadora de Contabilidade/DNIT
CRC DF-011998/O-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021 – 4º TRIMESTRE DE 2021.

Contexto Operacional

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – foi constituído como pessoa jurídica de direito público, atualmente vinculado ao Ministério da Infraestrutura, e submetido ao regime de autarquia, tendo sua sede estabelecida no Setor de Autarquias Norte – SAN, Quadra 3, Lote “A”, Edifício Núcleo dos Transportes, Brasília-DF, conforme preconiza o Artigo 79 da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Além de sua sede, e se utilizando da faculdade prevista no Parágrafo Único do Artigo 79 da Lei nº 10.233/2001, o DNIT possui 26 (vinte e seis) unidades administrativas instaladas nas capitais dos Estados da Federação, com exceção do Distrito Federal, que se encontra vinculada à unidade do Estado de Goiás, 3 Unidades Gestoras Executoras específicas para execução de projetos com recursos externos do BID (**Banco Interamericano de Desenvolvimento**) e duas para o BIRD (**Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**) com o objetivo de apoiar o “Programa de Redução dos Custos Logísticos - **PREMEF**”, 1 Unidade Gestora Executora da extinta RFFSA e, oito unidades gestoras, referentes a administrações hidroviárias em extinção.

O DNIT tem por objetivo implementar a política de infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade e ampliação mediante construção de novas vias e terminais.

Assim, a esfera de atuação do DNIT corresponde à infraestrutura do Sistema Federal de Viação, a qual é constituída de vias navegáveis, inclusive eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, ferrovias e rodovias federais, bem como instalações e vias de transbordo e interface intermodal¹.

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2021 foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como com as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, designada como Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos do Artigo 17, inciso I, da Lei Federal nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público– NBC TSP.

¹ Art. 81 da Lei nº 10.233/2001.

1. BALANÇO PATRIMONIAL:

A seguir serão explanadas as razões das principais variações ocorridas, no exercício de 2021, nas rubricas que compõem o Balanço Patrimonial – BP, conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN²:

1.1. ATIVO:

1.1.1. ATIVO CIRCULANTE:

NOTA 01: Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:

No período compreendido entre o encerramento do exercício 2020 e o de 2021, foi verificado uma redução de 5,71% na rubrica Demais Créditos e Valores de Curto Prazo, que em termos monetários, representa um decréscimo de R\$ 52.334.353,04 (cinquenta e dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais e quatro centavos) de ativos provenientes de crédito administrativos a receber, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Demais Créditos e Valores a Receber CP:

Conta Contábil	Saldo R\$		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Adiantamento 13º Salário	5.357.186,93	5.199.080,84	0,62%	3,04%	158.106,09
Adiantamento de Férias	8.559.484,30	8.651.444,33	0,99%	-1,06%	-91.960,03
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	2.117.797,75	2.010.570,94	0,25%	5,33%	107.226,81
Crédito a receber por folha de pagamento	2.430,68	0,00	0,00%		2.430,68
Crédito a receber por dano ao patrimônio	1.392.317,94	1.712.838,27	0,16%	-18,71%	-320.520,33
Crédito a receber por débito de terceiro em prestação de serviço	59.324.444,47	0,00	6,86%		59.324.444,47
Crédito a receber por uso indevido de cota	68.259,12		0,01%		68.259,12
Crédito a receber oriundo de uso ou alugueis	0,00	199.613,08	0,00%	-100,00%	-199.613,08
Crédito a receber por débito de terceiro em prestação de serviço (julgados pelo TCU)	181.141,32	181.141,32	0,02%	0,00%	0,00
Crédito a receber por dano ao patrimônio em processo judicial	58.321,12		0,01%		58.321,12
Crédito a receber por permissão de uso de bens públicos	229.969,39	6.712.870,21	0,03%	-96,57%	-6.482.900,82
Créditos a receber decorrente de infrações legais e contratuais	42.760.445,30	73.359.550,66	4,95%	-41,71%	-30.599.105,36
Créditos a receber por cessão de áreas públicas	13.300,00		0,00%		13.300,00
Crédito a receber por pagto desp de terceiros	63.004,59	0,00	0,01%		63.004,59
Créditos Parcelados	1.160.390,63	117.498,49	0,13%	887,58%	1.042.892,14
Créditos a receber decorrentes de infrações - Intra OFSS	783,56		0,00%		783,56
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	738.001.769,90	818.468.585,39	85,39%	-9,83%	-80.466.815,49
Créditos Parcelados - Inter (estados)	4.496.510,48		0,52%		4.496.510,48
Créditos a receber decorrentes de infrações - Inter (municípios)	2.007,33	0,00	0,00%		2.007,33
Créditos Parcelados - Inter (municípios)	479.275,68		0,06%		479.275,68
Total	864.268.840,49	916.613.193,53	100,00%	-5,71%	-52.344.353,04

² Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/publicacoes-e-orientacoes >

Essa redução se deve, principalmente, à variação negativa de valores registrados como créditos a receber decorrente de infrações legais e contratuais e como adiantamento de Termos de Execução Descentralizada.

Créditos a receber decorrente de infrações legais e contratuais

A causa da redução desta conta foi a reclassificação de valores do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante, em obediência às normas contábeis³, durante o primeiro trimestre de 2021.

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada

A conta que abriga os montantes repassados, pelo DNIT, por Termos de Execução Descentralizada, para outros órgãos e entidades do orçamento fiscal e da seguridade social, representa 85,39% do montante total da rubrica Demais Créditos e Valores a Receber no Curto Prazo, e obteve uma redução de 9,83% entre o encerramento do exercício de 2020 e o de 2021, que represente um decréscimo de R\$ 80.466.815,49 (oitenta milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e nove centavos).

O Quadro 2 demonstra os Termos de Execução Descentralizada que apresentaram movimentações até o encerramento do quarto trimestre de 2021. A variação positiva significa que o DNIT repassou o montante da variação aos respectivos entes recebedores, gerando um direito a receber desta autarquia. Em relação às variações negativas, as entidades recebedoras apresentaram a prestação de contas dos recursos e/ou devolveram ao DNIT, resultando na desincorporação de valores do ativo.

Quadro 2: Movimentação na conta Adiantamento – TED

TED	Entidade Recebedora	Objeto	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		VARIÇÃO R\$
			DEZ/2021	DEZ/2020	
001/2020	COORDENACAO-GERAL DE TRANS-FER. VOLUNTARIAS /MCTI	Execução De Produtos E Servi-ços De Comunicação Corporati-va.	0,00	932.640,84	-932.640,84
231/2020	1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Execução Do Remanescente Das Obras De Adequação De Capacidade E Segurança Para Eliminação Do Ponto Crítico Da Br 230/Pb.	33.468.146,11	23.695.865,04	9.772.281,07
280/2020	7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE	Execução de serviços de manu-tenção/ conservação da BR-110/PE e BR-316/PE.	4.180.000,00	3.180.000,00	1.000.000,00
531/2020	3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Execução de serviços para desa-celerar a degradação da rodovia BR 135/MA.	13.215.459,88	4.750.388,71	8.465.071,17
656/2020	5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Execução Das Obras De Implan-tação Das Ruas Laterais Na Travessia Urbana De Jaru/Ro Na Br - 364/Ro,.	8.395.564,08		8.395.564,08
679/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	Aprimoramento De Métodos Mecanís-tico-Empíricos No Di-mensionamento De Pavimentos; Plataforma Integrada De Estru-turação E Análise De Dados Através Da Inteligência Artifici-al.	3.226.841,48	0,00	3.226.841,48
702/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Avaliação e Comportamento viscoelásti-co linear de misturas asfálticas.	4.000.000,00	3.450.000,00	550.000,00
703/2020	UNIVERDADE FE-DERAL DE VIÇOSA	Apoio à implementação da me-todologia BIM e desenvolvimen-to de metodologias e ferramen-tas para gestão de estruturas de obras de artes especiais.	3.026.191,00	2.269.643,25	756.547,75
884/2020	8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Obras de implementação e pa-vimenta-ção da Rodovia BR 156/AP	3.000.000,00		3.000.000,00

³ Manual SIAFI, Macrofunção 020346 – Multas Administrativas, item 7.2

48/2021	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Desenvolvimento De Estudos, Pesquisas, Etc, Vinculadas As Areas De Infrações, Operações Rodoviárias E Educação Para O Trânsito.	7.668.205,15		7.668.205,15
77/2021	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/ MCTI	Serviços de comunicação corpo-rativa	1.836.263,46		1.836.263,46
123/2021	Estado-Maior do Exército Setorial Orçamentária	Execução projetos básico e executivo de pavimentação de trecho da BR-110/PE.	863.275,59		863.275,59
899/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Apoio A Implementação De Novas Diretrizes À Coordenação -Geral De Manutenção E Restauração Rodoviária - Cgmrr	1.795.158,00		1.795.158,00
680/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	CARACTERIZAÇÃO DE CIMENTOS ASFÁLTICOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO COM PROPOSIÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES, NORMAS E MANUAIS.	2.264.203,89		2.264.203,89
001/2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Implantação do programa de desenvolvimento de produtos técnicos, na elaboração de projetos de engenharia e serviços de dragagem, incluídos no PND e na revitalização do INPH.	9.840.620,98	57.441.226,67	-47.600.605,69
292/2012	DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA DA MARINHA	Levantamento Hidrográfico (Lh) No Rio Amazonas Entre Manaus E Itacoatiara	0,00	2.709.073,26	-2.709.073,26
1071/2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	Execução Dos Serviços De Gestão Ambiental, Para As Obras Da Rodovia Br-235/Ba	18.213.125,86	17.491.738,15	721.387,71
1103/2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Elaboracao De Anteprojeto E Estudos Ambientais, Gestao, Supervisao E Execucão De Programas Ambientais, Para A Regularizacao Ambiental Da Br 135	29.966.879,89	28.433.629,85	1.533.250,04
411/2015	2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Manutenção e conservação das rodovias BR-110/PE e BR-316/PE	0,00	11.652.369,03	-11.652.369,03
899/2015	PRF	Estabelecimento sistemático de cooperação em atividades de engenharia para elaboração de projetos executivos e construção das novas unidades operacionais de Pelotas e Rio Grande/RS	2.864.950,76		2.864.950,76
716/2015	DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA DA MARINHA	Levantamento Hidrográfico, Manutenção Da Sinalização Náutica E Construção/Atualização Cartográfica (Inland - Enc) Do Tramo Sul Do Rio Paragu	0,00	11.450.220,65	-11.450.220,65
554/2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	Gestão Ambiental, Abrangendo Gerenciamento Supervisão E Execução De Programas Ambientais, Das Obras De Pavimentação Da Br-316/AI	3.921,23	6.492.877,54	-6.488.956,31
907/2016	Cia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Serviços de desobstrução do canal do Guaxinim.	3.092.853,12	3.334.174,62	-241.321,50
039/2017	2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Manutenção, conservação e recuperação da BR-222/PI.	21.995.319,62	21.593.061,56	402.258,06
378/2017	7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Conservação Da Br-364/Ac-Sub-Trecho Riozinho Andirá - Sena Madureira.	33.474.775,15	27.025.916,08	6.448.859,07
448/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Estudos, Pesquisas, Ferramentas E Programa De Capacitação Para Prover Suporte À Gestão De Competencias Da Cgper Vinculadas À Áreas De Segurança Viária, Infrações E Operações Rodoviárias.	0,00	65.604.821,12	-65.604.821,12
308/2017	8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Construção Rodoviário Do Lote 1.4 Da Br-163/Pa	147.218.351,42	154.896.923,57	-7.678.572,15
622/2017	6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Execução De Serviços De Implantação E Pavimentação Na Rodovia Br 432/Rr	17.214.937,56	12.695.697,57	4.519.239,99

211/2018	5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Visando A Mútua Cooperação Em Atividades Para Manutenção (Conservação/ Recuperação) Na Rodovia Br-364/Ro	0,00	4.775.434,41	-4.775.434,41
042/2018	DEC/GESTOR - CMDO EXERCITO	Restabelecimento emergencial do tráfego em rodovias federais e emprego de unidades de engenharia para a montagem, operação, manutenção e desmontagem de pontes LSB ou ponto metálica similar, e outros serviços de engenharia.	4.564.184,16	4.566.309,31	-2.125,15
314/2018	21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO	Recuperação de corpo estradal na rodovia BR-307/AM	0,00	794.191,26	-794.191,26
462/2018	21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO	Visando A Mútua Cooperação Em Atividades De Engenharia Voltados Aos Serviços De Manutenção Na Rodovia Br-304/Am	10.033.115,82	6.552.865,82	3.480.250,00
919/2018	1º BATALHÃO FERROVIÁRIO	Serviços de engenharia necessários à execução das obras prioritárias de capacidade da BR-116/RS.	83.335.728,41	72.250.106,00	11.085.622,41
994/2018	8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Manutenção Rodoviária Do Lote 1.4 Da Br-163/Pa	0,00	4.498.750,66	-4.498.750,66
290/2019	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	Aquisição de equipamentos, viaturas e material para acampamento para a engenharia do exército - sistemas de obras de cooperação.	0,00	8.999.741,22	-8.999.741,22
554/2019	1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Restauração e Manutenção BR 226-RN.	24.531.387,33	19.860.720,61	4.670.666,72
005/2014	ENAP	Capacitação De Servidores	0,00	72.130,00	-72.130,00
731/2019	3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Restauração da capacidade da BR-135/MA.	37.183.956,25	24.469.914,89	12.714.041,36
773/2019	6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	Aquisição e modernização de equipamentos e viaturas para a engenharia do exército brasileiro	0,00	4.999.800,00	-4.999.800,00
Total (Termos que apresentaram variação de saldo no período)			530.473.416,20	610.940.231,69	-80.466.815,49

Ajustes para Perdas Estimadas:

Quanto aos ajustes para perdas dos créditos administrativos a receber, a Coordenação de Contabilidade do DNIT realizou os estudos para constituição da conta de ajuste para todos os créditos a receber registrados no Ativo desta Autarquia. Observou-se que, em outubro de 2019, a maior parte da composição dos créditos a receber do DNIT registrados no SIAFI corresponde a valores a receber decorrentes de débitos oriundos de contratos como multas contratuais e ressarcimentos (58,11%), e de haveres a receber após imputação de débito por julgamento do Tribunal de Contas em processos de Tomadas de Contas Especiais – TCE (40,03%).

Os créditos a receber relacionados a multas de trânsito e uso da faixa de domínio, que segundo auditoria realizada em 2018, podem representar mais de 90% dos créditos não tributários do DNIT, não são contabilizados pelo regime de competência no SIAFI. A esse respeito, a Coordenação de Contabilidade tem realizado tratativas junto ao setor responsável para que seja possível a inserção manual desses valores no SIAFI, até que seja possível uma solução automatizada⁴.

⁴ Processo 50600.031886/2020-02

Os dados relativos a valores a receber decorrentes de débitos oriundos de contratos passaram a ser informados procedimentalmente à Coordenação de Contabilidade a partir de 2018, o que, a partir de 2021, possibilita a consolidação de informações sobre o recolhimento de tais créditos nos últimos três exercícios, a fim de calcular o ajuste para perdas baseado no histórico de recebimentos passados, conforme recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas.

Os créditos a receber desta Autarquia atualmente não estão deduzidos de Ajustes para Perdas Estimadas, por não possuir uma mensuração confiável, exceto os créditos administrativos a receber provenientes de processos julgados pelo Tribunal de Contas da União – TCU registrados no Ativo Não Circulante.

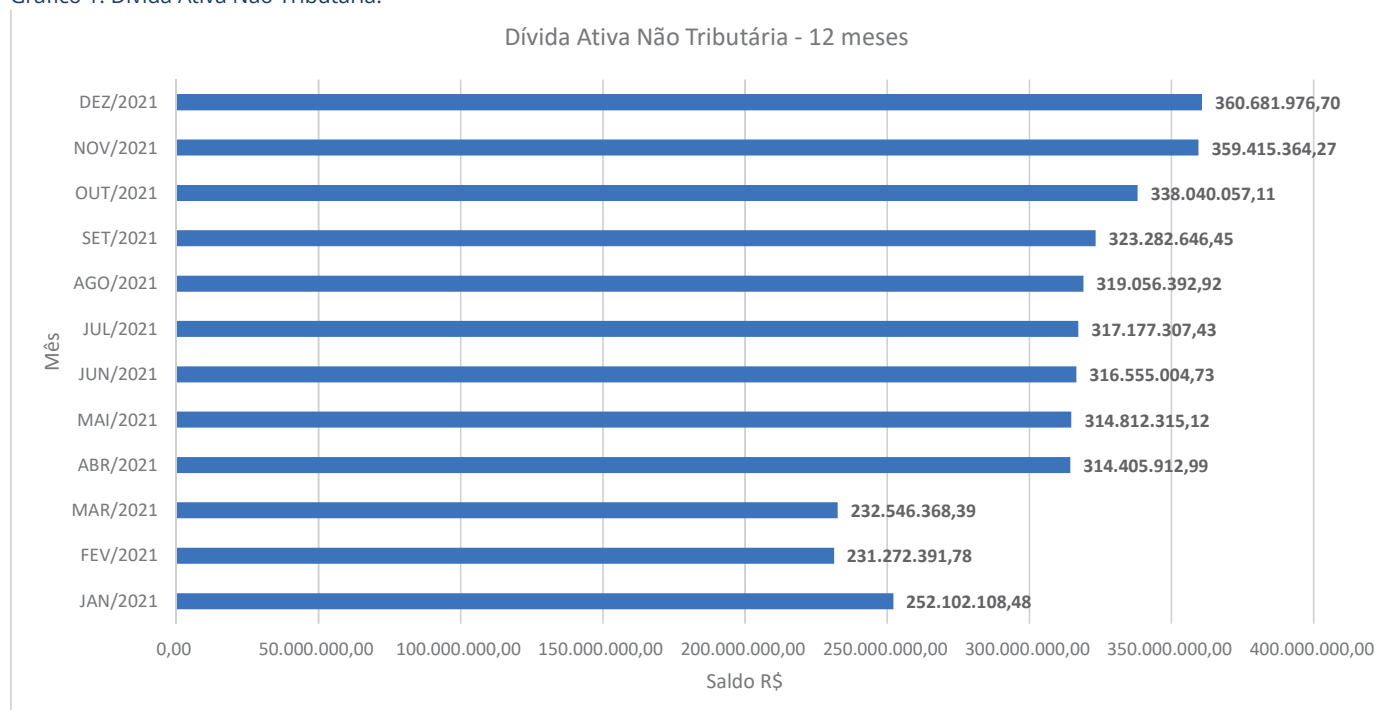
Apesar da aprovação da metodologia de cálculo para a constituição de Ajuste para Perdas Estimadas de créditos administrativos a receber provenientes de processos julgados pelo TCU, em Tomadas de Contas Especiais, pela Diretoria Colegiada do DNIT ⁵, no exercício de 2021, não houve registro referente ao crédito escriturado no Ativo Circulante, pois o único crédito lançado no referido Grupo de contas contábeis está em parcelamento de débito, com previsão de amortização até o encerramento do próximo exercício.

1.1.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE:

NOTA 02: Dívida Ativa Não Tributária

O Gráfico 1 demonstra a evolução dos créditos do DNIT inscritos em Dívida Ativa Não Tributária nos últimos doze meses.

Gráfico 1: Dívida Ativa Não Tributária:



Fonte: Tesouro Gerencial

⁵ SEI 10054982 – Processo 50600.019017/2019-68.

Registrou-se uma variação positiva de R\$ 115.098.180,71 (cento e quinze milhões, noventa e oito mil, cento e oitenta reais e setenta e um centavos), que representa um aumento de 46,87% entre o encerramento do exercício de 2020 e o de 2021.

Essa variação ocorreu, principalmente, em razão dos registros em Dívida Ativa Não Tributária listados abaixo:

- a) Incorporação de R\$ 50.839.156,90 (cinquenta milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa centavos) referente a direito a receber a título de ressarcimento ao erário, relacionado ao Convênio 155/2000, oriundo do Acórdão 1464/2008/TCU-Plenário;
- b) Incorporação de R\$ 20.038.261,96 (vinte milhões, trinta e oito mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos) referente a multa administrativa aplicado no âmbito do Contrato 919/2013;
- c) Incorporação de R\$ 16.820.154,52 (dezesseis milhões, oitocentos e vinte mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), relacionado a ressarcimento ao erário oriundo do Acórdão 1060/2017-Plenário-TCU.

Como os registros contábeis de Dívida Ativa são feitos manualmente no SIAFI, pela Coordenação de Contabilidade, a partir da análise dos processos administrativos enviados pela PFE-DNIT com os respectivos Termos de Inscrição em Dívida Ativa, podem existir diferenças entre o saldo contábil e os créditos efetivamente inscritos e validados pela PFE-DNIT.

Nesse cenário, para minimizar o risco de diferenças materiais entre os registros, periodicamente a Coordenação de Contabilidade, com o apoio da PFE-DNIT, realiza a análise dos relatórios emitidos através do Sistema SAPIENS e, caso seja identificada a alteração na exigibilidade de algum crédito anteriormente registrado no SIAFI ou a existência de outros créditos ainda não contabilizados, é feita a solicitação do processo administrativo para os devidos ajustes contábeis.

Ajustes para Perdas Estimadas:

Os Créditos a Receber inscritos em Dívida Ativa estão sendo tratados separadamente para conciliação de informações entre a PFE/DNIT e a Coordenação de Contabilidade.

Dessa forma, os créditos de Dívida Ativa Não Tributária atualmente não estão deduzidos dos Ajustes para Perdas Estimadas.

NOTA 03: Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

A redução de 72,23% da rubrica que contém os valores registrados em créditos a receber do ativo não circulante representa um decréscimo de R\$ 674.097.656,74 (seiscentos e setenta e quatro milhões, noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

O Quadro 3 demonstra as variações das contas contábeis pertencentes à rubrica Demais Créditos e Valores a Receber – LP no exercício de 2021.

Quadro 3: Demais Créditos a Receber – LP

Conta Contábil	Saldo R\$		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Créditos a receber decorrentes de dano patrimônio	12.494.700,26	15.250.323,47	4,82%	-18,07%	-2.755.623,21

Créditos a receber por débito de terceiros em prestação de serviços	4.525.493,49	124.402.352,50	1,75%	-96,36%	-119.876.859,01
Multas/juros a receber de servidores responsabilizados	46,86	45,57	0,00%	0,83	1,29
Créditos a receber por falta ou irregularidade de comprovação	97.830,75	97.830,75	0,04%	0,00	0,00
Créditos a receber por pagamentos indevidos - Decisão do TCU	262.034,25		0,10%		262.034,25
Créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviços - Decisão do TCU	594.464.310,03	189.669.430,61	229,36%	39,32%	29.263.681,20
Créditos a receber por falta/irregularidade de de comprovação Decisão do TCU	160.405.749,41	189.669.430,61	61,89%	-15,43%	29.263.681,20
Depósitos Judiciais Efetuados	356.973,33	296.973,33	0,14%	20,20%	60.000,00
Créditos Administrativos por autos de infração	5.203,83	5.203,83	0,00%	0,00%	0,00
Indenizações a receber	0,00	3.521,67	0,00%	-100,00%	-3.521,67
Créditos Parcelados	406.597,42	50.277,88	0,16%	708,70%	356.319,54
Créditos a receber decorrentes de infrações contratuais e/ou legais	201.100.020,12	176.041.826,71	77,59%	14,23%	25.058.193,41
Ajuste de perdas de Créditos Apurados em TCE	-716.930.751,66		-276,61%		-716.930.751,66
Créditos a receber por erro administrativo (inter municipal)	65.011,78		0,03%		
Créditos a receber por falta/irregularidade de de comprovação -TCE (inter municipal)	788.699,82	788.699,82	0,30%	0,00%	0,00
Créditos parcelados oriundos de Municípios	1.142.887,10		0,44%		1.142.887,10
Total	259.184.806,79	933.282.463,53	100,00%	-72,23%	-674.097.656,74

Fonte: Tesouro Gerencial

Créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviço

Houve uma redução de 96,36% no montante a receber referente a débito de terceiros em prestação de serviço, causada, principalmente:

- a) Pela reclassificação do valor R\$ 25.848.650,63 (vinte e cinco milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e três reais), referente ao Contrato 036/2009, para Ativos Contingentes, devido ao acatamento de recurso da empresa no âmbito do TCU, suspendendo a cobrança⁶;
- b) Pela reclassificação para Ativo Circulante do montante de R\$ 25.393.649,76 (vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos), relacionada a nova cobrança, no âmbito do Contrato 543/2010;
- c) Pela desincorporação do valor de R\$ 22.532.350,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta reais), referente ao Contrato 504/2016, considerando que esse montante fora equivocadamente registrado como direito a receber no ativo patrimonial, pois o valor do débito se encontra em Tomada de Contas Especial, ainda não julgada pelo Tribunal de Contas da União. Dessa forma, até o devido julgamento, o montante está registrado em contas de controle⁷. Após julgamento, conforme o caso, o valor poderá ser registrado na conta de débito de terceiros em prestação de serviço julgados pelo TCU na conta 12121.05.04.

⁶ Sei 8670333

⁷ Processo 50600.020958/2019-44.

Créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviço – Decisão do TCU

O aumento de 39,32%, de R\$ 167.788.332,64 (cento e sessenta e sete milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos) da conta que agrupa os créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviços julgados em Tomadas de Contas Especiais, deve-se, principalmente, à incorporação dos valores R\$ 140.394.611,86 (cento e quarenta milhões, trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e onze reais e oitenta e seis centavos) e R\$ 17.312.641,99 (dezessete milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos), devido aos julgamentos de tomadas de contas especiais, pelo TCU, exarados nos Acórdãos nº 854/2016-TCU/Plenário e 1060/2017-TCU/Plenário, respectivamente.

Ajuste de perdas de Créditos Apurados em TCE

No exercício de 2021, houve o registro de Ajuste para Perdas Estimadas de créditos administrativos a receber provenientes de processos julgados pelo Tribunal de Contas da União, em Tomadas de Contas Especiais, após aprovação da metodologia de cálculo pela Diretoria Colegiada do DNIT⁸.

O montante registrado representa a probabilidade de não recebimento desses créditos, em virtude de inadimplementos, cancelamentos, prescrições, ações judiciais etc, ajustando a valor realizável o montante líquido da conta do ativo correspondente, evidenciando com fidedignidade o patrimônio da União.

A metodologia utilizada foi a descrita no Manual do SIAFI – Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, baseada no histórico de recebimentos passados, cujo cálculo resultou ao equivalente a 99,989% de perdas estimadas.

Houve o registro da conta de ajustes apenas nas contas de créditos a receber julgados pelo TCU no Ativo Não Circulante, conforme pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4 – Ajuste de perdas de Créditos Apurados em TCE

Conta Contábil Ajustada		Dez/2021
		Saldo R\$
121210501	Créditos a receber por pagamentos indevidos - Decisão do TCU	-253.033,05
121210508	Créditos a receber por falta/irregularidade de comprovação -Decisão do TCU	-151.714.307,47
121210504	Créditos a receber por débitos de terceiros em pres-253.033,05	-564.963.411,14
Total		-716.930.751,66

Fonte: Tesouro Gerencial

O valor evidenciado no Quadro 4 corresponde a 99,989% do montante bruto registrados nas contas contábeis relacionadas na data de 20/12/2021. Até o encerramento do exercício, outros valores foram lançados nessas contas de créditos a receber, sem o registro concomitante de ajustes. Como consequência, o montante de ajustes, em 31/12/2021, ficou em 94,94% do valor bruto das referidas contas.

NOTA 04: Bens Móveis

O montante bruto, sem considerar a depreciação acumulada, dos bens móveis, entre o encerramento de 2020 e o de 2021, aumentou R\$ 22.600.063,74 (vinte e dois milhões, seiscentos mil, sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), representando um acréscimo de 7,62%. O Quadro 5 demonstra, além dos valores de depreciação por conta contábil, a movimentação nos valores de bens

⁸ SEI 10054982 – Processo 50600.019017/2019-68.

móveis com aquisição, reavaliação, transferências, doações, baixas, regularizações e reclassificações entre contas contábeis.

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no seu valor de aquisição, produção ou construção, ou seja, pelo seu custo, inclusive os gastos adicionais ou complementares, conforme princípios e normas contábeis.

Desde meados de 2019, houve o início dos trabalhos para que a migração do sistema interno do DNIT e o SIADS acontecesse no início de 2020, entretanto, até o encerramento de 2021, o sistema não está apto a ser totalmente operado. Após pesquisa com as Superintendências Regionais, observou-se⁹ que:

- a) 38,5% das unidades descentralizadas não possuem o SIADS implantado e em operação;
- b) 76,9% das Superintendências não contam com o módulo CONSUMO em operação;
- c) 88,5% não conta com o módulo PERMANENTE em operação;
- d) Em 57,7% das unidades, o SIADS não registrou automaticamente no SIAFI as depreciações mensais dos bens móveis ou não as registrou corretamente;
- e) 7,7% das Superintendências em que o SIADS não está em funcionamento não possui contro-le algum dos bens móveis.

Considerando que as inconsistências acima afetam a fidedignidade e confiabilidade das demonstrações contábeis, solicitou-se às Unidades Gestoras do DNIT que realizassem o inventário físico de material de consumo e bens móveis permanentes¹⁰. Como resultado, as Superintendências Regionais do DNIT nos estados do Acre, Alagoas, Goiás e Espírito Santo apresentaram relatórios de inventário físico, entretanto nenhuma Unidade Gestora do DNIT apresentou inventário com os dados necessários para gerar reflexos contábeis no SIAFI, como valor dos itens, depreciação e amortização.

Ressalta-se que a Coordenação de Administração Patrimonial¹¹ do DNIT informou que realizou o inventário físico dos bens móveis da Sede no exercício de 2021, ressaltando que a atualização do inventário físico de bens móveis poderá ser feita de forma efetiva quando finalizar todas as tratativas de migração do SIADS.

Os inventários físicos não foram contabilizados no SIAFI por ausência de dados necessários para os registros.

Em razão disso, a Coordenação de Contabilidade registrou na conformidade contábil de Órgão no SIAFI a restrição contábil 640 – Saldo Contábil de bens móveis não confere com RMB.

⁹ SEI 9687893 – 50600.030125/2021-14

¹⁰ SEI 9872293 – 50600.035291/2021-07

¹¹ SEI 10185438 – 50600.040462/2021-10

Quadro 5 – Bens Móveis – Saldo e Movimentação

Conta Contábil	SALDO R\$		Movimentação Analítica R\$					Movimentação Sintética R\$ (Variação entre saldos)	Depreciação registrada em 2021	Depreciação acumulada até 31/12/2020	Saldo R\$ Valor Líquido dez/21
	dez/21	DEZ/2020	Aquisições	Reavaliação	Transferência	Doação/Baixas	Reclassificação e Regularizações				
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	7.730.308,91	6.881.679,87	849.331,46	-702,42	0,00	0,00	0,00	848.629,04	-157.810,52	-1.503.813,69	6.068.684,70
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10.268.182,03	9.496.534,07	799.490,00	-27.529,22	7,01	0,00	-319,83	771.647,96	-218.435,70	-907.644,31	9.142.102,02
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	67.836,19	67.836,19	6.757,99		0,00	0,00	0,00	6.757,99	-275,97	-8.803,32	65.514,89
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ ESPORTES E DIVERSOES	2.899,50	2.899,50	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-260,88	2.638,62
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	3.467.863,88	3.445.848,56	26.263,30	-4.248,08	0,10	0,00	0,00	22.015,32	-20.204,64	-185.454,37	3.262.204,87
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	21.017,21	21.017,21	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-543,60	-6.213,24	14.260,37
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.055.861,17	4.671.340,23	380.459,96	-3.182,03	485,02	0,00	0,00	377.762,95	-76.368,73	-1.942.753,05	3.029.981,40
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	353.335,40	357.885,60	0,00	-4.550,20	0,00	0,00	0,00	-4.550,20	-2.704,06	-44.503,84	306.127,50
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	127.636,63	122.951,74	2.020,01	2.664,87	0,01	0,00	0,00	4.684,89	-740,01	-13.836,52	113.060,10
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	120.237,47	109.597,47	10.640,00		0,00	0,00	0,00	10.640,00	-752,56	-41.877,57	77.607,34
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	108.877,06	108.877,06	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-986,82	-11.896,24	95.994,00
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	0,00	11.298,87	8.699,00		0,00	0,00	-19.997,87	-11.298,87			0,00
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	49.502,92	48.777,35	725,57		0,00	0,00	0,00	725,57	-886,36	-10.388,54	38.228,02
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	276.936,19	176.936,19	0,00		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	-614,52	-65.921,22	210.400,45
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	130.395,23	130.395,23	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-2.521,32	-45.164,69	82.709,22

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	27.417,27	25.710,96	1.706,31		0,00	0,00	0,00	1.706,31			27.417,27
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.310.089,08	891.271,70	424.180,37	-5.843,01	0,02	0,00	480,00	418.817,38	-14.947,97	-233.979,63	1.061.161,48
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	103.943.828,98	91.518.760,62	12.621.884,75	-62.908,94	15.560,10	-97.597,55	-51.870,00	12.425.068,36	-5.010.492,52	-56.052.658,42	42.880.678,04
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	7.837.934,82	7.335.569,53	549.531,70	-49.038,84	0,43	0,00	1.872,00	502.365,29	-138.935,44	-2.575.747,56	5.123.251,82
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	299.161,19	301.141,74	0,00	-1.981,14	0,59	0,00	0,00	-1.980,55	-3.696,62	-43.288,18	252.176,39
MOBILIARIO EM GERAL	64.339.460,31	64.300.711,57	135.874,12	-58.059,60	-38.991,99	0,00	-73,79	38.748,74	-1.913.642,92	-18.169.909,91	44.255.907,48
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	187.970,55	190.771,30	0,00	-2.800,75	0,00	0,00	0,00	-2.800,75	-4.199,96	-59.977,22	123.793,37
INSTRUMENTOS MUSAICAIS E ARTISTICOS	0,01	0,01	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00			0,01
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.736.838,77	1.639.124,66	55.744,03	-9.899,93	0,01	0,00	51.870,00	97.714,11	-36.754,88	-486.358,86	1.213.725,03
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	214.582,20	214.582,20	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00			214.582,20
VEICULOS EM GERAL	725.011,46	327.611,43	397.400,00		0,03	0,00	0,00	397.400,03	-610,56	-12.364,22	712.036,68
VEICULOS FERROVIARIOS	22.417.886,69	22.417.886,69	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-18.640,05	0,00	22.399.246,64
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	63.756.657,20	57.410.482,64	10.734.202,23	-276.830,14	958,67	-5.151.014,00	1.038.857,80	6.346.174,56	-949.824,68	-13.503.947,89	49.302.884,63
AERONAVES	99.235,80	51.261,31	39.275,50		0,00	-8.250,01	16.949,00	47.974,49	-853,93	-1.331,25	97.050,62
EMBARCACOES	197.084,35	197.084,35	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-2.062,50	0,00	195.021,85
ESTOQUE INTERNO	2.637.040,90	2.581.623,40	59.425,00		-3.405,50	0,00	-602,00	55.417,50			2.637.040,90
ARMAMENTOS	0,17	0,17	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00			0,17
BENS MOVEIS EM TRANSITO	18.429,76	18.429,76	0,00		97.597,55	0,00	-97.597,55	0,00			18.429,76
BENS NAO LOCALIZADOS	393,62		0,00		0,00	0,00	393,62	393,62			393,62
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	21.396.575,75	21.392.653,75	3.922,00		0,00	0,00	0,00	3.922,00	-356.791,42	-1.699.845,34	19.339.938,99
MATERIAL DE USO DURADOURO	407.807,24	265.679,24	142.128,00		0,00	0,00	0,00	142.128,00			407.807,24
OUTROS BENS MOVEIS	0,18	0,18	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00			0,18
Total	319.334.296,09	296.734.232,35	27.249.661,30	-504.909,43	172.212,05	-5.256.861,56	939.961,38	22.600.063,74	-8.934.298,26	-97.627.939,96	212.772.057,87

Fonte: Tesouro Gerencial (adaptado)

NOTA 05: Depreciação Acumulada e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis

A depreciação dos bens móveis é calculada pelo método das quotas constantes e leva em consideração o valor residual, a vida útil econômica e as taxas de depreciação estabelecidas na Macrofunção 02.03.30 do Manual do SIAFI.

O montante de Depreciação Acumulada de Bens Móveis aumentou 9,15% durante o exercício de 2021, apresentando um acréscimo em seu saldo de R\$ 8.934.298,26 (oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, duzentos e noventa e oitenta reais e vinte e seis centavos), sendo que o Quadro 5 apresenta a despesa de depreciação do exercício por tipo de bem móvel. Ressalta-se que a depreciação dos equipamentos de tecnologia da informação representa mais de 50% da despesa do período, mantendo coerência com o saldo de Depreciação Acumulada total.

O DNIT ficou sem sistema de controle patrimonial GRP desde o encerramento de 2019, e até o encerramento do exercício de 2021, o SIADS ainda não foi totalmente implementado. Até 31/12/2021, o sistema realizou o registro automático de depreciação de 17 (dezessete) Unidades Gestoras, conforme Quadro 6, entretanto, conforme Nota 04 – Bens Móveis, observou-se que o SIADS não registrou corretamente a depreciação mensal de todos os meses de exercício, ou apresentou alguma falha, em 57,7% das Superintendências Regionais.

Quadro 6 – Unidades Gestoras que registraram depreciação

UG Executora	
390070	SUPERINTENDENCIA REG.NO ESTADO DE RR - DNIT
390071	SUPERINTENDENCIA RG.NO ESTADO DO AP - DNIT
390084	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO DO AC - DNIT
393003	DNIT Sede
393010	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO MS - DNIT
393011	SUPERINTEND.REG. NOS ESTADOS GO/DF - DNIT
393012	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO RS - DNIT
393014	SUPERINTEND. REG. NO ESTADO DE RO-DNIT
393015	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO SE - DNIT
393017	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO PB - DNIT
393018	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO ES - DNIT
393021	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO RN - DNIT
393022	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO PI - DNIT
393025	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO SP - DNIT
393026	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO AL - DNIT
393028	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO PR - DNIT
393029	SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO PE - DNIT

Fonte: Tesouro Gerencial

Sabe-se que a administração pública, até o exercício de 2009, não praticava as técnicas contábeis de depreciação e amortização, e o valor contábil dos bens adquiridos até esse exercício pode

não espelhar atualmente o seu valor justo, como é o caso do DNIT. Dessa forma, há a necessidade de realizar a reavaliação dos bens adquiridos em períodos anteriores a 2010 antes da aplicação da depreciação dos bens móveis, em obediência às normas contábeis emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN¹².

No DNIT foi estabelecido¹³ o prazo de um ano, a contar de 25 de janeiro de 2018, para que os Grupos de Trabalho constituídos em atendimento à Portaria DG nº 954, de 22/07/2015, realizassem o levantamento de toda a situação patrimonial e o ajuste ao valor recuperável dos bens adquiridos antes de 2010, o que ainda não refletiu no balancete de todas as unidades gestoras desta Autarquia, devido, principalmente, a não implementação total do SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços¹⁴.

Apenas as Superintendências Regionais do DNIT nos estados de São Paulo (UG 393025), Rio Grande do Norte (UG 393021), Mato Grosso (UG 393020), Mato Grosso do Sul (UG 393010), Santa Catarina (UG 393013), Goiás (UG 393011), Paraná (UG 393028) e Rondônia (UG 393014) efetuaram os registros de reavaliação e perda a valor recuperável de seus bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010.

A Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia (UG 393014) efetuou os registros de reavaliação de bens, no primeiro trimestre de 2021, em contrapartida a Ajustes de Exercícios Anteriores, incluindo a baixa de R\$ 9.340,17 (nove mil, trezentos e quarenta reais e dezessete centavos) de depreciação acumulada.

A Superintendência Regional do DNIT no Estado da Paraíba (UG 393017) finalizou a reavaliação em 2020, mas devido a não implementação completa do SIADS nessa Superintendência, o registro contábil ainda não foi realizado.

As demais Superintendências efetuaram os registros em exercícios anteriores, dessa forma, não houve reflexo no resultado patrimonial, até o encerramento do exercício de 2021, de variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas relacionadas a reavaliação de bens móveis.

Destaca-se que a maioria dos bens móveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A (RF-FSA), recepcionados por esta Autarquia, não foram registrados no sistema patrimonial utilizado pelo DNIT em 2019, apesar de estarem registrados no Balanço Patrimonial. Há a possibilidade desses bens estarem supervalorizando o ativo, tendo em vista que a situação de tais bens pode ser de sucateamento ou inservibilidade¹⁵.

NOTA 06: Bens Imóveis

A rubrica Bens Imóveis, que unifica os saldos de diversas contas contábeis e representa 99,58% do Ativo Total do DNIT, apresentou uma evolução de 17,45%, que monetariamente representa um aumento de R\$ 64.777.960.455,95 (sessenta e quatro bilhões, setecentos e setenta e sete milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), devido, principalmente, às variações nas contas de Rodovias e Estradas, Ferrovias e Eclusas, conforme demonstrado no Quadro 7.

¹² Macrofunção 020330 – Manual do SIAFI.

¹³ a Instrução de Serviço nº 02, de 24 de janeiro de 2018, art. 3º.

¹⁴ 3588795

¹⁵ 50600.021111/2019-87 – SEI 4564974.

Quadro 7 – Bens Imóveis (por conta contábil)

Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
		DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Bens de Uso Especial (registrados pelo Spiunet)	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	11.625.777,17	14.905.572,80	0,00%	-22,00%	-3.279.795,63
	EDIFICIOS	151.404.812,78	144.291.879,01	0,03%	4,93%	7.112.933,77
	TERRENOS/GLEBAS	550.395.481,32	549.203.650,30	0,13%	0,22%	1.191.831,02
	ARMAZENS/GALPOES	8.862.708,06	8.862.708,06	0,00%	0,00%	0,00
	AEROPORTOS/ESTACOES/AERODROMOS	108.248,53	108.248,53	0,00%	0,00%	0,00
	REPRESAS/ACUDES	1.282.483,53	1.282.483,53	0,00%	0,00%	0,00
	FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	2.355.986,36	2.355.986,36	0,00%	0,00%	0,00
	PORTOS/ESTALEIROS	1.363.344,09	1.363.344,09	0,00%	0,00%	0,00
	COMPLEXOS/FABRICAS/USINAS	13.760.111,40	13.760.111,40	0,00%	0,00%	0,00
	AUTARQUIAS/FUNDACOES	380.903.596,63	380.903.596,63	0,09%	0,00%	0,00
	POSTOS DE FISCALIZACAO	15.501.520,35	15.501.520,35	0,00%	0,00%	0,00
	BENS DE INFRAESTRUTURA	1.521.212,40	1.909.900,15	0,00%	-20,35%	-388.687,75
OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	2.031.960,53	1.815.415,33	0,00%	11,93%	216.545,20	
Bens de Uso Especial (não registrados pelo Spiunet)	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	180.211,04	180.211,04	0,00%	0,00%	0,00
	EDIFICIOS	117.870,02	117.870,02	0,00%	0,00%	0,00
	TERRENOS/GLEBAS	603.930.912,44	536.033.027,65	0,14%	12,67%	67.897.884,79
Bens dominicais não registrados no Siapa	EDIFICIOS	132.891,67		0,00%		132.891,67
Bens de Uso Comum do Povo	RODOVIAS E ESTRADAS	342.543.072.435,29	292.082.564.806,80	78,56%	17,28%	50.460.507.628,49
	PONTES	51.734.178,72	51.734.178,72	0,01%	0,00%	0,00
	FERROVIAS	81.981.250.854,66	69.968.381.855,93	18,80%	17,17%	12.012.868.998,73
	PORTOS E ESTALEIROS	866.327.017,55	806.823.535,23	0,20%	7,38%	59.503.482,32
	ECLUSAS	6.277.423.930,12	4.465.756.790,53	1,44%	40,57%	1.811.667.139,59
Bens Imóveis em Andamento	OBRAS EM ANDAMENTO	1.661.649.495,77	1.330.073.053,00	0,38%	24,93%	331.576.442,77
	ESTUDOS E PROJETOS	898.704.626,27	870.058.664,66	0,21%	3,29%	28.645.961,61
	INSTALACOES	6.490.326,79	6.189.948,33	0,00%	4,85%	300.378,46
	BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR/ A REGISTRAR	6.820,91	0,00	0,00%		6.820,91
Total		436.032.138.814,40	371.254.178.358,45	100,00%	17,45%	64.777.960.455,95

Fonte: Tesouro Gerencial

Cabe lembrar que a esfera de atuação do DNIT corresponde à infraestrutura do Sistema Nacional de Viação, sob a jurisdição do Ministério da Infraestrutura, constituída de rodovias federais, ferrovias federais, dentre outros, nos termos do artigo 81, inciso II, da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Terrenos e Glebas:

Atualmente, o DNIT não possui um procedimento padronizado ou sistema de registro de terrenos de faixas de domínio. Existem registros realizados diretamente no SIAFI (conta contábil 12321.0203) em conta contábil de Terrenos e Glebas, não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, atendendo ao disposto no § 2º¹⁶ do artigo 3º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 603.930.912,44 (seiscentos e três milhões, novecentos e trinta mil, novecentos e doze reais e quarenta e quatro), após o aumento de R\$ 67.897.884,79 (sessenta e sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos), no exercício analisado, devido às desapropriações de terrenos efetuadas.

Existem, ainda, terrenos provenientes de desapropriação registrados no SPIUnet também como Terrenos e Glebas, na conta contábil 12321.0103, no montante de R\$ 550.395.481,32 (quinhentos e cinquenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos), após aumento de R\$ 1.191.831,02 (um milhão, cento e noventa e um mil, oitocentos e trinta e um reais e dois centavos) e como Fazendas, Parques e Reservas, na conta contábil 12321.0109, no montante de R\$ 2.355.986,36 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos).

Quadro 8 - Variação de saldo com Terrenos e Glebas em 2021 .

Conta Contábil	UG Executora		Saldo - R\$ (Conta Contábil)		
			DEZ/2021	DEZ/2020	
TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS PELO SPIUNET	393012	SR/RS - DNIT	26.375.391,34	26.375.391,34	0,00
	393013	SR/SC - DNIT	382.730,88	382.730,88	0,00
	393015	SR/SE - DNIT	2.828.564,59	2.699.039,70	129.524,89
	393017	SR/PB - DNIT	535.000,00	30.600,00	504.400,00
	393028	SR/PR - DNIT	497.047.953,43	496.490.047,30	557.906,13
	393029	SR/PE - DNIT	4.714,61	4.714,61	0,00
	393030	SR/MA - DNIT	2.119.466,90	2.119.466,90	0,00
	393031	SR/MG - DNIT	21.101.659,57	21.101.659,57	0,00
	Total		550.395.481,32	549.203.650,30	1.191.831,02
TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS DIRETAMENTE NO SIAFI	393003	DNIT Sede	3.356.490,75	3.356.490,75	0,00
	393010	SR/MS - DNIT	2.605.860,15	2.485.732,34	120.127,81
	393011	SR/DF - DNIT	9.085.825,77	8.983.605,77	102.220,00
	393012	SR/RS - DNIT	149.224.607,71	145.605.091,84	3.619.515,87
	393013	SR/SC - DNIT	134.837.912,77	123.991.311,63	10.846.601,14
	393014	SR/E RO-DNIT	253.461,42		253.461,42
	393015	SR/SE - DNIT	9.741.915,75	9.029.075,75	712.840,00
	393016	SR/PA - DNIT	17.790,00		17.790,00
	393017	SR/PB - DNIT	8.357.046,70	7.633.091,59	723.955,11
	393018	SR/ES - DNIT	49.845.710,23	28.847.828,15	20.997.882,08
	393019	SR/RJ - DNIT	1.297.531,25	1.297.531,25	0,00

¹⁶ “§ 2º Os bens imóveis correspondentes a rodovias e ferrovias federais, bem como os demais bens atípicos que não possam ser discriminados fisicamente ou cadastrados nos sistemas corporativos da SPU conforme as regras atuais, poderão ser contabilizados diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

	393020	SR/MT - DNIT	36.639.295,74	35.696.998,20	942.297,54
	393021	SR/RN - DNIT	17.629.021,33	16.853.699,98	775.321,35
	393022	SR/PI - DNIT	43.092,47	43.092,47	0,00
	393024	SR/CE - DNIT	39.680.365,01	38.480.181,17	1.200.183,84
	393026	SR/AL - DNIT	9.604.434,16	3.101.324,16	6.503.110,00
	393027	SR/BA - DNIT	24.909.789,18	19.138.314,35	5.771.474,83
	393028	SR/PR - DNIT	75.524.810,66	60.876.597,78	14.648.212,88
	393029	SR/PE - DNIT	2.631.839,22	2.629.589,45	2.249,77
	393030	SR/MA - DNIT	2.553.972,82	1.998.182,82	555.790,00
	393031	SR/MG - DNIT	26.090.139,35	25.985.288,20	104.851,15
	Total		603.930.912,44	536.033.027,65	67.897.884,79
Total			1.154.326.393,76	1.085.236.677,95	69.089.715,81

Fonte: Tesouro Gerencial

Além dos imóveis registrados diretamente no SIAFI e os registrados no SPIUnet, o DNIT possui a tarefa de realizar o levantamento e a regularização de todos os terrenos de faixa de domínio das malhas rodoviária e ferroviária federais.

A Coordenação de Contabilidade solicitou, por meio da Nota Técnica nº: 5082/2018/CONTAB/CGOF/DAF/DNIT¹⁷, que a Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP realizasse a mensuração dos valores dos terrenos de rodovias e ferrovias, apresentando esses valores separadamente para fins de contabilização, haja vista que esses bens, ao contrário do corpo estradal, não sofrem depreciação e devem ser contabilizados separadamente.

Há o Programa Federal de Faixas de Domínio – PROFAIXA, que tem a função de desenvolver um sistema de identificação e caracterização das faixas de domínio das rodovias federais integrantes do Sistema Nacional de Viação sob administração do DNIT.

O Decreto nº 8.376, de 15 de dezembro de 2014, em seu art. 3º, determina que o prazo máximo, para o DNIT identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias federais integrantes do Sistema Nacional da Viação, é de vinte anos, considerando a magnitude e complexidade desse levantamento.

Em junho de 2020, o DNIT publicou a Instrução Normativa/DNIT nº 20/2020, que trata do procedimento de reconhecimento da faixa de domínio.

O Ministério da Infraestrutura publicou a Portaria nº 270, de 3 de março de 2021, que estabelece diretrizes para a regularização, a fiscalização, a exploração e a gestão de informações relativas às faixas de domínio das vias federais integrantes do Sistema Nacional de Viação – SNV; e determina que o DNIT deve executar a regularização das faixas de domínio federais, com exceção daquelas incluídas nos contratos de concessão, que é de responsabilidade da Agência Nacional de Transportes, após pactuação dos critérios a serem adotados junto ao DNIT. Anualmente, deve haver publicação de cronograma especificando as metas de regularização.

A Setorial Contábil do DNIT constatou a existência de duplicidade de registros contábeis no SIAFI relacionados a terrenos desapropriados para a construção ou aumento de capacidade de rodovias federais. Esse problema, que pode estar superavaliando o valor contábil dos terrenos desta autarquia, tem origem no modelo de liquidação dos processos de desapropriação no SIAFI WEB, em que é necessária a incorporação de um Ativo Patrimonial (terrenos) diretamente no SIAFI, nas contas iniciadas com 1.2.3.2.1.02.XX.

¹⁷ SEI 1867086 - Processo 50600.021188/2018-76

Posteriormente, ocorre o cadastramento dos imóveis, no SPIUNET, gerando um reflexo contábil no SIAFI, nas contas iniciadas com 1.2.3.2.1.01.XX, ocasionando a duplicidade de registros no SIAFI.

Informa-se que esse modelo de contabilização passou a ser realizado a partir do exercício de 2015, pois, anteriormente, o registro na liquidação da despesa não exigia a incorporação de um ativo, o que não refletia na conta 1.2.3.2.1.02.XX. Então, somente quando ocorria o registro no SPIUNET o terreno desapropriado era contabilizado SIAFI.

Até o encerramento do quarto trimestre de 2020, houve a baixa, por duplicidade no valor de R\$ 4.129.509,94 (quatro milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e nove reais e noventa e quatro centavos), nas Unidades Gestoras das Superintendências do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais. Além disso, a Diretoria de Administração e Finanças solicitou a conciliação, no mínimo anual, das referidas contas por parte das Superintendências Regionais¹⁸ do DNIT. Durante o exercício de 2021, não houve baixas por duplicidade.

Rodovias e Estradas

Em relação ao aumento da rubrica Bens Imóveis, 77,90% deve-se ao aumento patrimonial das Rodovias Federais registradas na conta Rodovias e Estradas, representante de 78,56% do total de Bens Imóveis, e que, obteve um acréscimo de 17,28%, que em termos monetários significa um aumento de R\$ 50.460.507.628,49 (cinquenta bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos). Ao final do exercício de 2021, o montante registrado como rodovias e estradas foi de R\$ 342.543.072.435,29 (trezentos e quarenta e dois bilhões, quinhentos e quarenta e três milhões, setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos).

A conta contábil “Rodovias e Estradas” registra o valor patrimonial das Rodovias Federais, o qual é definido com base em metodologia da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/DNIT, já utilizada em anos anteriores, que emprega como referência o Custo Médio Gerencial – CMG¹⁹ - que contabilmente pode ser entendido como o Valor Justo²⁰ estimado com base no Custo de Reposição²¹ - e o Índice de Condição de Superfície – ICS²², como o índice de depreciação desse Ativo.

É considerado patrimônio rodoviário toda a malha rodoviária federal, que engloba as rodovias federais pavimentadas, não pavimentadas, concedidas e conveniadas²³.

¹⁸ SEI 6524527 – 50600.027249/2019-90.

¹⁹ **“CMG – Custo Médio Gerencial** – Estabelece custos estimativos, para uso em nível de planejamento, de empreendimentos em infraestrutura de transportes, para implantação, adequação, restauração, reconstrução, manutenção, sinalização, projetos, estudos de viabilidade, estudos ambientais, desapropriação, Obras de Arte Especiais – OAE, referentes às obras rodoviárias, bem como custos de empreendimentos do modal ferroviário. Os referidos custos são atualizados, bimestralmente, de acordo com a divulgação do último SICRO-2 disponível. Os insumos asfálticos são atualizados pelos valores fornecidos pela ANP. A planilha divulgada refere-se ao Estado de Minas Gerais.” (Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/custo-medio-gerencial>).

²⁰ **“Valor justo** (fair value) é o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado” (MCASP 8ª edição, Parte II, página 160). De acordo com o MCASP, “Caso não haja evidências baseadas no mercado para atribuição do valor justo, pelo fato da natureza especializada do item do ativo imobilizado, a entidade pode precisar estimar o valor justo usando, por exemplo, o custo de reprodução (replicação), o custo de reposição depreciado, o custo de restauração ou a abordagem de unidades de serviço.”

²¹ “3.3.1.1 O **custo de reposição depreciado** é mensurado como a reprodução ou substituição do ativo, o que for mais baixo, menos a depreciação acumulada calculada com base neste custo para refletir o potencial de serviço já consumido ou esgotado do ativo.”. (Manual do SIAFI, Macrofunção 020300, Assunto 020334 - Bens De Infraestrutura e do Patrimônio Cultural, item 3.3.1.1)

²² **“ICS** é um parâmetro que permite definir a condição geral da superfície do pavimento, através da compilação do Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI) e do Índice de Gravidade Global (IGG). Ele classifica a superfície em BOA, REGULAR e RUIM, sendo o índice atualmente utilizado para definir a depreciação do patrimônio, conforme metodologia aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT”

²³ SEI – 4655290 – Processo 50600.052538/2012-51.

Desde o exercício de 2019, no valor patrimonial das rodovias está incluso os custos decorrentes dos projetos de implantação das estradas, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EV-TEA), estudos ambientais, gastos com compensação ambiental e de supervisão de obras ao CMG²⁴. Em relação ao valor patrimonial de 2021, a Diretoria de Planejamento e Pesquisa informou que manteve esses custos²⁵.

O Quadro 9 relaciona as 40 (quarenta) rodovias que obtiveram o maior valor monetário de valorização em 2021.

Quadro 9 – 40 rodovias mais valorizadas em 2021

RODOVIA	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise Horizontal	
	DEZ/2021	DEZ/2020	AH%	VARIAÇÃO R\$
BR - 226 - MA	2.371.534.272,10	4.350.995,80	54405,55%	2.367.183.276,30
BR - 153 - GO	4.413.579.802,05	3.112.777.703,34	41,79%	1.300.802.098,71
BR - 010 - TO	1.686.954.834,13	473.049.937,32	256,61%	1.213.904.896,81
BR - 414 - GO	1.089.234.757,55	0,00		1.089.234.757,55
BR - 381 - MG	5.882.502.222,87	4.877.729.695,60	20,60%	1.004.772.527,27
BR - 163 - MT	6.444.754.914,76	5.534.494.341,74	16,45%	910.260.573,02
BR - 364 - MT	4.083.707.627,21	3.180.339.916,15	28,40%	903.367.711,06
BR - 452 - GO	836.844.043,88	0,00		836.844.043,88
BR - 364 - RO	4.882.514.637,42	4.061.398.903,18	20,22%	821.115.734,24
BR - 230 - PA	4.517.121.188,47	3.711.993.522,50	21,69%	805.127.665,97
BR - 153 - TO	4.025.932.958,99	3.230.702.290,98	24,61%	795.230.668,01
BR - 040 - MG	5.281.031.800,25	4.494.248.613,89	17,51%	786.783.186,36
BR - 116 - SP	5.141.860.374,82	4.375.811.344,41	17,51%	766.049.030,41
BR - 277 - PR	4.832.190.311,82	4.078.080.318,51	18,49%	754.109.993,31
BR - 070 - MT	4.457.342.780,02	3.774.604.241,87	18,09%	682.738.538,15
BR - 060 - GO	4.775.266.960,20	4.112.113.333,56	16,13%	663.153.626,64
BR - 101 - SC	4.502.272.692,37	3.852.234.357,79	16,87%	650.038.334,58
BR - 376 - PR	4.259.889.328,96	3.614.270.020,22	17,86%	645.619.308,74
BR - 163 - PA	3.660.623.595,14	3.024.904.253,69	21,02%	635.719.341,45
BR - 365 - MG	4.053.173.529,45	3.423.488.139,20	18,39%	629.685.390,25
BR - 262 - MS	3.116.107.444,65	2.488.704.420,75	25,21%	627.403.023,90
BR - 232 - PE	3.536.231.375,37	2.914.528.619,06	21,33%	621.702.756,31
BR - 163 - MS	3.987.633.998,69	3.381.181.987,40	17,94%	606.452.011,29
BR - 080 - GO	1.440.717.749,88	834.369.228,24	72,67%	606.348.521,64
BR - 262 - MG	4.141.840.780,12	3.577.948.347,75	15,76%	563.892.432,37
BR - 101 - BA	4.327.377.150,43	3.855.393.437,55	12,24%	471.983.712,88
BR - 116 - BA	4.392.433.612,86	3.928.022.646,93	11,82%	464.410.965,93
BR - 432 - RR	872.663.492,55	421.844.395,68	106,87%	450.819.096,87
BR - 285 - RS	2.430.363.866,91	1.980.464.212,71	22,72%	449.899.654,20

²⁴ SEI 4649351 – Processo 50600.052538/2012-51.

²⁵ SEI 10027600 e 9992811 – Processo 50600.052538/2012-51.

BR - 290 - RS	2.933.553.654,96	2.484.984.403,72	18,05%	448.569.251,24
BR - 163 - PR	1.923.792.610,12	1.479.312.909,49	30,05%	444.479.700,63
BR - 010 - PA	2.483.521.510,05	2.041.120.841,27	21,67%	442.400.668,78
BR - 116 - RS	3.444.383.297,83	3.002.448.415,55	14,72%	441.934.882,28
BR - 230 - PB	3.009.816.220,24	2.571.917.092,47	17,03%	437.899.127,77
BR - 135 - BA	1.637.296.855,45	1.201.297.404,59	36,29%	435.999.450,86
BR - 222 - MA	2.104.736.402,77	1.672.071.949,65	25,88%	432.664.453,12
BR - 135 - PI	2.945.618.668,47	2.530.101.037,18	16,42%	415.517.631,29
BR - 158 - MT	3.757.222.445,96	3.342.547.978,37	12,41%	414.674.467,59
BR - 324 - BA	2.494.916.283,61	2.082.084.923,66	19,83%	412.831.359,95
BR - 101 - RJ	3.593.132.941,22	3.186.770.413,10	12,75%	406.362.528,12
Total	139.771.692.994,60	111.913.706.594,87	24,89%	27.857.986.399,73

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 10 relaciona as 26 (vinte e seis) rodovias que tiveram decréscimo no valor registrado.

Quadro 10 – Rodovias com decréscimo no valor contabilizado

RODOVIA	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise Horizontal	
	DEZ/2021	DEZ/2020	AH%	VARIÇÃO R\$
BR - 163 - SC	116.610.227,17	116.767.824,38	-0,13%	-157.597,21
BR - 330 - BA	421.828.228,43	425.781.928,57	-0,93%	-3.953.700,14
BR - 377 - RS	7.157.682,15	11.138.014,83	-35,74%	-3.980.332,68
BR - 122 - MG	43.200.184,98	48.622.363,56	-11,15%	-5.422.178,58
BR - 383 - MG	8.691.471,96	20.049.021,23	-56,65%	-11.357.549,27
BR - 267 - MG	957.110.498,10	970.713.379,52	-1,40%	-13.602.881,42
BR - 403 - CE	215.906.500,89	231.951.458,02	-6,92%	-16.044.957,13
BR - 135 - MA	2.471.237.542,84	2.488.536.009,06	-0,70%	-17.298.466,22
BR - 402 - CE	486.429.140,46	505.709.932,52	-3,81%	-19.280.792,06
BR - 235 - TO	247.988.532,25	273.639.841,04	-9,37%	-25.651.308,79
BR - 020 - CE	1.722.269.728,24	1.751.319.197,33	-1,66%	-29.049.469,09
BR - 226 - TO	241.226.495,41	275.527.736,79	-12,45%	-34.301.241,38
BR - 122 - CE	455.913.765,51	490.700.349,85	-7,09%	-34.786.584,34
BR - 317 - AM	302.543.595,75	341.149.399,78	-11,32%	-38.605.804,03
BR - 293 - RS	1.518.950.585,28	1.558.097.877,14	-2,51%	-39.147.291,86
BR - 402 - PI	282.089.721,27	323.015.019,29	-12,67%	-40.925.298,02
BR - 367 - BA	459.636.999,99	507.204.688,23	-9,38%	-47.567.688,24
BR - 158 - SC	98.212.470,64	153.602.310,29	-36,06%	-55.389.839,65
BR - 495 - RJ	76.764.413,75	136.692.932,74	-43,84%	-59.928.518,99
BR - 104 - RN	103.572.919,48	166.228.143,42	-37,69%	-62.655.223,94
BR - 287 - RS	842.924.966,12	924.680.165,38	-8,84%	-81.755.199,26
BR - 468 - RS	460.166.919,23	574.114.363,52	-19,85%	-113.947.444,29
BR - 367 - MG	1.208.121.146,08	1.326.665.714,08	-8,94%	-118.544.568,00

BR - 153 - SC	286.345.653,00	406.074.084,23	-29,48%	-119.728.431,23
BR - 316 - MA	2.107.650.365,47	2.387.176.471,78	-11,71%	-279.526.106,31
BR - 116 - MG	2.554.891.517,42	3.189.370.860,13	-19,89%	-634.479.342,71
Total	17.697.441.271,87	19.604.529.086,71	-9,73%	-1.907.087.814,84

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se que o valor patrimonial constante na referida conta contábil se refere apenas ao corpo estradal, ou seja, custos de construção, conservação e manutenção relativos às intervenções no pavimento, sem contabilizar Obras de Artes Especiais – OAE, Obras de Arte Correntes – OAC, interseções e terceiras faixas.

Entre o encerramento de 2020 e o de 2021, houve um grande número de rodovias com variação superior a 10%. Constatou-se que as variações no valor patrimonial estão associadas principalmente aos seguintes fatores²⁶:

a) Rodovias com **aumento** no valor patrimonial:

- a.1) elevação dos Custos Médios Gerenciais, decorrentes dos índices de reajustamento projetado para janeiro de 2022;
- a.2) sem alteração na sua extensão, mas com melhora de condição de trechos;
- a.3) com aumento na extensão e melhora da condição de trechos;

b) Rodovias com **redução** no valor patrimonial:

- b.1) sem alteração na sua extensão, mas com piora da condição de trechos;
- b.2) com redução da extensão da malha e piora da condição de trechos.

Os índices de reajustamento para atualização do Custo Médio Gerencial, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, representaram uma variação de 17,31% entre janeiro de 2021 e o projetado para janeiro de 2022. A elevação desses custos impacta positivamente o valor patrimonial, sendo que há segmentos em que os efeitos desses índices foram superiores à deterioração da malha, ou seja, houve impacto maior da inflação em relação à avaliação das condições dos trechos na valoração de determinados trechos.

Em relação às rodovias que apresentaram variação positiva acima de 10%, as justificativas são:

- a) Houve a reincorporação ao patrimônio federal²⁷ de trechos nas rodovias BR-414/GO, BR-452/GO, BR-080/GO, BR-154/GO, BR-251/GO, BR-226/MA, BR-222/MA, BR-210/RR, BR-432/RR, BR-242/MT, BR-010/TO, e BR-251/DF;
- b) A BR-153/GO sofreu alteração patrimonial devido à alteração da condição da rodovia, por estar em concessão;
- c) Melhoria da condição dos trechos, aumento do valor do ICS com a manutenção/reestruturação nas rodovias BR-364/MT, BR-230/PA, BR-153/TO, BR-285/RS e BR-262/MS;
- d) Obras de implantação, pavimentação ou duplicação, nas rodovias BR-135/BA e BR-163/PR, contribuíram para a valorização dos ativos patrimoniais;
- e) Inclusão dos valores dos novos contratos relacionados ao PNCT – Plano Nacional de Congestionamento de Tráfego, os quais foram distribuídos pelos trechos sob administração do DNIT.

De maneira geral, as rodovias que apresentaram variações negativas no valor patrimonial acima de 10% apresentaram queda do valor do ICS, apresentando piora nas condições dos trechos. Esta situação foi observada para as rodovias BR116/MG, BR-316/MA, BR-153/SC, BR-468/RS, BR-495/RJ, BR-158/SC, BR-367/BA, BR402/PI, BR-317/AM, BR-226/TO, BR-383/MG, BR-235/TO, BR-122/MG, BR-377/RS

²⁶ documento SEI 2300590, 10027600 e 10027603

²⁷ Lei 13.298/2016.

e BR104/RN. Destaca-se que nesta última, foram realizados ainda ajustes nas extensões dos trechos pavimentos do SNV (diminuição em 18 km).

No Quadro 11 abaixo, além do valor patrimonial de rodovias federais sob concessão e em convênios, demonstra-se a evolução da malha federal por estado, tanto naqueles em que foram registradas incorporações, como naqueles em que houve uma redução do valor patrimonial, ressaltando que o valor representa a diferença entre o total das rodovias que tiveram acréscimo no seu valor patrimonial e das rodovias que tiveram perda de valor patrimonial.

Quadro 11: Alteração Patrimonial da Malha Federal 2020-2021:

UF	Comparativo do Patrimônio 2020 - 2021					Concessão	Convênio em Administração
	Patrimônio 2021 (R\$)	Patrimônio 2020 (R\$)	"Diferença Patrimônio 2021-2020 (R\$)"	"Diferença Patrimônio 2021-2020 (%)"	Análise Horizontal	"Patrimônio Sob Concessão (R\$)"	"Patrimônio Convênio em Administração (R\$)"
AC Total	4.644.411.041	4.044.813.656	599.597.385	12,91%	14,82%	-	-
AL Total	4.925.627.711	4.213.827.613	711.800.097	14,45%	16,89%	-	231.453.552
AM Total	6.234.827.186	5.395.877.663	838.949.524	13,46%	15,55%	-	-
AP Total	3.332.212.155	2.855.700.445	476.511.710	14,30%	16,69%	-	-
BA Total	30.672.156.142	26.858.288.187	3.813.867.955	12,43%	14,20%	4.044.451.293	-
CE Total	10.045.796.481	9.294.548.723	751.247.758	7,48%	8,08%	-	51.378.698
DF Total	1.654.705.150	1.380.857.452	273.847.698	16,55%	19,83%	396.064.914	249.411.155
ES Total	4.679.001.703	4.143.315.852	535.685.850	11,45%	12,93%	2.609.838.328	-
GO Total	20.068.441.692	14.302.158.402	5.766.283.290	28,73%	40,32%	8.980.796.876	-
MA Total	12.973.472.664	10.088.683.147	2.884.789.517	22,24%	28,59%	-	-
MG Total	41.399.746.532	37.131.583.748	4.268.162.784	10,31%	11,49%	16.597.314.733	419.010.741
MS Total	16.989.145.034	14.736.331.776	2.252.813.258	13,26%	15,29%	4.363.198.749	118.220.888
MT Total	22.775.915.239	19.281.934.349	3.493.980.890	15,34%	18,12%	5.559.873.471	-
PA Total	17.496.393.427	14.513.326.137	2.983.067.290	17,05%	20,55%	-	179.576.032
PB Total	7.354.464.840	6.362.079.506	992.385.334	13,49%	15,60%	-	34.917.562
PE Total	12.783.302.633	10.771.591.542	2.011.711.091	15,74%	18,68%	-	1.286.961.561
PI Total	11.964.350.932	10.441.326.720	1.523.024.212	12,73%	14,59%	-	-
PR Total	22.400.996.843	18.906.877.236	3.494.119.606	15,60%	18,48%	4.622.586.350	9.823.307.758
RJ Total	10.953.926.140	9.535.895.571	1.418.030.569	12,95%	14,87%	7.046.862.779	735.264.085
RN Total	7.844.856.896	6.839.284.442	1.005.572.454	12,82%	14,70%	-	37.910.496
RO Total	8.412.569.398	7.112.308.950	1.300.260.447	15,46%	18,28%	-	-
RR Total	6.470.961.672	5.112.379.905	1.358.581.767	21,00%	26,57%	-	17.957.603
RS Total	24.393.144.015	22.026.572.225	2.366.571.789	9,70%	10,74%	6.302.121.069	45.891.653
SC Total	12.360.857.290	11.026.205.669	1.334.651.621	10,80%	12,10%	3.921.242.182	44.894.008
SE Total	1.792.603.001	1.507.357.943	285.245.058	15,91%	18,92%	-	16.959.959
SP Total	8.718.412.362	7.408.677.560	1.309.734.801	15,02%	17,68%	7.871.914.880	343.189.750
TO Total	9.200.774.256	6.790.760.383	2.410.013.873	26,19%	35,49%	921.823.630	-
TOTAL	342.543.072.435	292.082.564.807	50.460.507.628	14,73%	17,28%	73.238.089.254	3.636.305.499

Fonte: Processo SEI 50600.052538/2012-51 adaptado

No exercício de 2022, a Coordenação de Contabilidade do DNIT pretende reclassificar os trechos rodoviários em concessão para uma conta específica, segregando-as das rodovias administradas diretamente pelo DNIT ou entes conveniados, como estados e municípios, como preconiza o item 12 da

Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Setor Público NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente, sendo necessário identificar cada concessionária responsável por cada trecho em contas de controle.

Apenas em 2022, a Secretaria do Tesouro Nacional realizou a alteração técnica na conta contábil que pode abrigar os valores dos trechos sob concessão, a fim de possibilitar a alteração citada²⁸.

Os valores destacados de rodovias em concessão ou conveniadas estão inseridos no valor “Patrimônio 2021” do Quadro 11.

Ferrovias

O segundo principal aumento da rubrica Bens Imóveis deve-se ao acréscimo de 17,17% na conta que representa as Ferrovias Federais, oriundas da extinta RFFSA, significando um aumento de R\$ 12.012.868.998,73 (doze bilhões, doze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos), conforme Quadro 12.

Quadro 12 - Ferrovias

Unidade Gestora	Detalhamento (Conta Corrente)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
		DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
DNIT Sede	Ferrovia Centro-Atlântica	21.328.608.253,64	18.203.168.140,84	26,02%	17,17%	3.125.440.112,80
	Malha Regional do Sudeste	6.900.183.536,20	5.889.048.156,28	8,42%	17,17%	1.011.135.379,92
	Companhia Ferroviária do Nordeste	14.360.992.271,68	12.256.568.918,23	17,52%	17,17%	2.104.423.353,45
	Ferrovia Sul Atlântico	20.881.332.218,10	17.821.434.800,18	25,47%	17,17%	3.059.897.417,92
	Ferrovia Tereza Cristina	494.961.334,88	422.430.957,28	0,60%	17,17%	72.530.377,60
	Ferrovia Novoeste	4.930.297.784,51	4.207.824.462,27	6,01%	17,17%	722.473.322,24
	Ferroban	13.081.767.719,74	11.164.798.684,94	15,96%	17,17%	1.916.969.034,80
SR/PR-DNIT	Linha Férrea 369/PR - Rolândia/PR	3.107.735,91	3.107.735,91	0,00%	0,00%	0,00
Total		81.981.250.854,66	69.968.381.855,93	100,00%	17,17%	12.012.868.998,73

Fonte: Tesouro Gerencial

A metodologia de mensuração, das ferrovias registradas na Unidade Gestora do DNIT Sede, foi aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT, por meio da apresentação do Relato nº 16/2019/COMAF/CGPF/DIF/DNIT²⁹.

A valoração da via permanente foi estimada por meio do custo de reposição depreciado, considerando sua natureza especializada, conforme o item 3.3.1 da Macrofunção 020334 – Bens de Infraestrutura e do Patrimônio Cultural do Manual do SIAFI.

O valor de R\$ 48.438.987.898,10 (quarenta e oito bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e dez centavos), com data-base de julho de 2017 e registrado em 2019, foi estimado empregando a tabela de Custo Médio Gerencial (CMG) desenvolvida pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa, que estabelece R\$ 8.805.000,00/km para obras de contorno ferroviário, R\$ 106.800,00/km para projetos básico e executivo de ferrovias e R\$ 4.700,00/km para estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Os montantes das ferrovias da Unidade Gestora DNIT Sede listadas no Quadro 12 foram atuali-

²⁸ SEI 10127150 – 50600.012698/2020-77

²⁹ SEI 10152166 e 10152172 – Processo 50600.011731/2018-27.

zados para a data de novembro de 2021, com a utilização do índice econômico IGP-DI, disponibilizado no site do DNIT, de acordo com a Instrução de Serviço nº 59/2021.

A taxa anual de depreciação utilizada foi 2,85% equivalente a vida útil de 35 anos, conforme a Resolução nº 4540 de 19 de dezembro de 2014, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A Diretoria de Infraestrutura Ferroviária informou, ainda, que as ferrovias possuem idade maior que 35 anos, assim, o valor atualizado no custo de reposição depreciado exclui completamente todo o valor depreciável, resultando no valor atualizado de R\$ 81.978.143.118,75 (oitenta e um bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e cinco centavos)³⁰.

Além das ferrovias citadas acima, há o registro da despesa de investimento da obra de remanejamento do pátio de manobras da linha férrea de Rolândia, objeto do Contrato nº 201/2018, na Unidade Gestora da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná.

Registra-se que somente as ferrovias concedidas à iniciativa privada estão contabilizadas no SIAFI, e que da mesma forma que as Rodovias, em 2022, elas serão reclassificadas para uma conta específica, como preconiza o item 12 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Setor Público NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente, sendo necessário identificar cada concessionária responsável por cada trecho em contas de controle.

Portos e Estaleiros:

No exercício de 2020, o DNIT registrou, no ativo imobilizado, o montante de R\$ 806.823.535,23 (oitocentos e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e três centavos), com data-base de abril de 2019, referente a 43 (quarenta e três) Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, após a Diretoria Colegiada aprovar a metodologia para determinação do valor patrimonial apresentada pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária³¹.

A valoração desses bens foi estimada considerando o valor do imóvel na condição de novo, aplicando o fator de depreciação, que leva em conta o estado de conservação, de acordo com o Critério de Heidecke.

A conta que abriga os registros com essas Instalações apresentou um aumento de 7,38%, traduzindo em um acréscimo monetário de R\$ 59.503.482,32 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), conforme Quadro 13.

Quadro 13 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4

IP4	Saldo R\$		Análise		Variação R\$
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	
IP4 - AUTAZES - AM	9.111.690,83	9.201.775,48	1,05%	-0,98%	-90.084,650
IP4 - BORBA - AM	8.341.041,27	10.304.966,09	0,96%	-19,06%	-1.963.924,820
IP4 - BARREIRINHA - AM	16.421.893,14	19.901.251,34	1,90%	-17,48%	-3.479.358,200
IP4 - BENJAMIN CONSTANT/AM	10.801.787,13	9.727.235,35	1,25%	11,05%	1.074.551,780
IP4 - BERURI/AM	19.921.316,38	15.598.432,10	2,30%	27,71%	4.322.884,280
IP4 - BOA VISTA DOS RAMOS/AM	24.762.707,62	21.096.716,71	2,86%	17,38%	3.665.990,910
IP4 - CANUTAMA/AM	42.282.906,40	29.512.599,96	4,88%	43,27%	12.770.306,440
IP4 - CARAUARI/AM	27.401.830,17	27.886.080,66	3,16%	-1,74%	-484.250,490

³⁰ SEI 10152166 e 10152172 – Processo 50600.011731/2018-27

³¹ 50600.025874/2019-05 – Nota Técnica 50/2019 (SEI 4590168) – Relato 3 (SEI 4890259) – DIRCOLEG 4936957.

IP4 - CAREIRO DA VARZEA/AM	39.716.482,43	40.438.207,86	4,58%	-1,78%	-721.725,430
IP4 - COARI/AM	8.096.681,15	5.651.077,44	0,93%	43,28%	2.445.603,710
IP4 - CODAJAS/AM	36.742.374,00	27.183.133,38	4,24%	35,17%	9.559.240,620
IP4 - EIRUNEPE/AM	30.022.107,05	30.512.964,18	3,47%	-1,61%	-490.857,130
IP4 - FONTE BOA/AM	9.926.555,74	12.001.503,16	1,15%	-17,29%	-2.074.947,420
IP4 - GUAJARA/AM	21.502.382,16	30.841.054,95	2,48%	-30,28%	-9.338.672,790
IP4 - HUMAITA/AM	10.460.653,02	15.022.679,92	1,21%	-30,37%	-4.562.026,900
IP4 - IPIXUNA/AM	28.764.274,97	41.171.972,98	3,32%	-30,14%	-12.407.698,010
IP4 - IRANDUBA/AM	37.294.079,39	26.030.648,87	4,30%	43,27%	11.263.430,520
IP4 - ITAMARATI/AM	55.789.448,11	41.192.635,79	6,44%	35,44%	14.596.812,320
IP4 - ITACOATIARA TERMINAL 2/AM	87.684.325,10	72.413.918,89	10,12%	21,09%	15.270.406,210
IP4 - ITAPIRANGA/AM	27.193.223,04	22.568.179,06	3,14%	20,49%	4.625.043,980
IP4 - JAPURA/AM	11.087.256,99	9.999.073,83	1,28%	10,88%	1.088.183,160
IP4 - MANACAPURU/AM	16.065.273,82	13.635.856,09	1,85%	17,82%	2.429.417,730
IP4 - MANAQUIRI/AM	5.966.567,44	4.419.846,74	0,69%	34,99%	1.546.720,700
IP4 - MANAUS TERMINAL PESQUEIRO/AM	0,00	14.332.280,38	0,00%	-100,00%	-14.332.280,380
IP4 - MANAUS TERMINAL SAO RAIMUNDO/AM	21.421.575,32	26.656.358,52	2,47%	-19,64%	-5.234.783,200
IP4 - MANICORE/AM	11.568.494,60	13.535.664,06	1,34%	-14,53%	-1.967.169,460
IP4 - NHAMUNDA/AM	3.430.461,56	5.997.776,97	0,40%	-42,80%	-2.567.315,410
IP4 - NOVA OLINDA DO NORTE/AM	10.954.126,68	6.246.228,22	1,26%	75,37%	4.707.898,460
IP4 - NOVO AIRAO/AM	25.810.183,39	22.031.614,93	2,98%	17,15%	3.778.568,460
IP4 - NOVO ARIPUANA/AM	9.787.655,59	8.107.269,65	1,13%	20,73%	1.680.385,940
IP4 - PARINTINS/AM	27.926.933,44	49.209.983,94	3,22%	-43,25%	-21.283.050,500
IP4 - SANTA IZABEL DO RIO NEGRO/AM	6.907.419,55	5.746.451,53	0,80%	20,20%	1.160.968,020
IP4 - SAO SEBASTIAO DO UATUMA/AM	2.129.015,92	1.218.039,21	0,25%	74,79%	910.976,710
IP4 - TAPAUA/AM	35.357.761,22	29.372.661,19	4,08%	20,38%	5.985.100,030
IP4 - TEFÉ/AM	13.690.677,63	11.311.710,41	1,58%	21,03%	2.378.967,220
IP4 - TABATINGA/AM	6.432.895,17	3.669.230,03	0,74%	75,32%	2.763.665,140
IP4 - TONANTINS/AM	10.382.946,31	12.553.293,03	1,20%	-17,29%	-2.170.346,720
IP4 - URUCARA/AM	6.075.638,04	5.053.000,12	0,70%	20,24%	1.022.637,920
IP4 - URUCURITUBA/AM	12.436.871,85	10.607.590,63	1,44%	17,25%	1.829.281,220
IP4 - CAI N'AGUA/AM	12.563.994,20	14.717.027,95	1,45%	-14,63%	-2.153.033,750
IP4 - MAUES/AM	10.222.462,68		1,18%		10.222.462,680
IP4 - PARINTINS/AM (VILA AMAZONICA)	20.891.892,19		2,41%		20.891.892,190
IP4 - SANTAREM/PA	5.529.391,99	6.840.659,56	0,64%	-19,17%	-1.311.267,570
IP4 - SAO MIGUEL DO GUAMA/PA	3.260.434,30	2.691.788,62	0,38%	21,13%	568.645,680
IP4 - CARACARAI/RR	24.189.328,57	20.613.095,45	2,79%	17,35%	3.576.233,120
Total	866.327.017,55	806.823.535,23	100,00%	7,38%	59.503.482,32

Fonte: Tesouro Gerencial

Os montantes das Instalações Portuárias listadas no Quadro 13 foram atualizados para a data de julho de 2021, com a utilização do índice INCC - Índice Nacional da Construção Civil da Fundação Getúlio Vargas - FGV e revisado o estado de conservação destes ativos³².

³² SEI 9281618 - Processo 50600.514186/2017-45.

A vida útil das Instalações Portuárias de Pequeno Porte fora estimada em 50 anos.

Além disso, foram concluídas as IP4 de Maués/AM e de Parintins/AM (Vila Amazônica), que foram registradas no ativo patrimonial em 2021.

O valor patrimonial da IP4 de Manaus – Terminal Pesqueiro foi zerado, pois foi considerado como totalmente depreciado, haja vista que seu Estado de Classificação foi igual a 5, ou seja, sem valor, conforme critério de Heidecke³³.

Eclusas:

No exercício de 2020, 08 (oito) Eclusas foram registradas no Ativo do DNIT, no montante de R\$ 4.465.756.790,53 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos), após a Diretoria Colegiada aprovar a metodologia para determinação do valor patrimonial apresentada pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária (DAQ/DNIT)³⁴.

Embora não exista uma metodologia específica para avaliação de custo patrimonial de eclusas, vale ressaltar que o assunto “patrimônio e avaliação de bens imóveis” permeia normativos já em vigor, tais como: a “Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07- Ativo Imobilizado”, do Conselho Federal de Contabilidade-CFC; o “Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União”, da Secretaria de Patrimônio da União-SPU; e a “NBR 14653 - Avaliação de Bens”, da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

Tais normativos serviram de base para o desenvolvimento da mensuração do valor patrimonial desses bens. De forma geral, estabelecem procedimentos para o estabelecimento do valor contábil de um bem patrimonial, o que inclui o cálculo de sua depreciação, este levando em conta aspectos da vida remanescente do bem, a vida transcorrida, os valores residuais e o estado de conservação ou a obsolescência do bem.

Visando estabelecer uma padronização de avaliação com outras infraestruturas aquaviárias existentes no âmbito da DAQ/DNIT, notadamente as IP4, adotou-se a metodologia constante do “Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União”, efetuando-se, sempre que necessário, as devidas adequações à essa metodologia, seja em razão das especificidades das eclusas ou em função de ausências de informações mais precisas.

No Brasil, as eclusas a cargo do DNIT apresentam uma média de idade de aproximadamente 40 anos, sendo a mais velha (Fandango) com 62 anos e a mais nova (Tucuruí) com 10 anos. Assim, para a determinação do valor patrimonial, adotou-se uma vida útil média de 100 anos para eclusas, até que se definam ou se obtenham outros parâmetros técnicos mais precisos, preferencialmente baseados nos dados de seus respectivos projetos e em inspeções que retratem fielmente seus estados de conservação.

Um dos parâmetros para a depreciação do bem refere-se ao seu estado de conservação. O manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União preconiza o estado de conservação e a situação física de um bem em decorrência de sua manutenção (NBR 14653-2).

O Quadro 14 demonstra a variação de 40,57% do valor patrimonial das eclusas, entre o encerramento do exercício de 2020 e o de 2021, apresentando um aumento de R\$ 1.811.667.139,59 (um bilhão, oitocentos e onze milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), referente à reavaliação, com data-base de julho/2021, com aplicação do índice INCC/FGV, além da realização de classificação de estado de conservação dos ativos.

³³ SEI 10052120 – Processo 50600.514186/2017-45.

³⁴ 50600.025874/2019-05 – Nota Técnica 24/2019 (SEI 3824592) – Relato 3 (SEI 4890259) – DIRCOLEG 4936957.

Quadro 14 – Valor Patrimonial - Eclusas

ECLUSAS	Saldo R\$		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
FANDANGO/RS	23.500.733,72	20.209.908,42	0,37%	16,28%	3.290.825,30
ANEL DE DOM MARCO/RS	ANEL DE DOM MARCO/RS	150.484.418,78	124.767.005,81	2,40%	20,61%
AMAROPOLIS/RS	AMAROPOLIS/RS	102.597.281,09	84.936.961,52	1,63%	20,79%
BOM RETIRO DO SUL/RS	BOM RETIRO DO SUL/RS	164.401.240,12	135.913.426,83	2,62%	20,96%
TUCURUI/PA	TUCURUI/PA	3.174.892.016,20	1.994.360.165,33	50,58%	59,19%
SOBRADINHO/BA	SOBRADINHO/BA	888.718.400,55	653.453.912,79	14,16%	36,00%
TRES IRMAOS/SP	TRES IRMAOS/SP	896.529.923,10	735.175.735,66	14,28%	21,95%
JUPIA/SP	876.299.916,56	716.939.674,17	13,96%	22,23%	159.360.242,39
Total	6.277.423.930,12	4.465.756.790,53	100,00%	40,57%	1.811.667.139,59

Fonte: Tesouro Gerencial

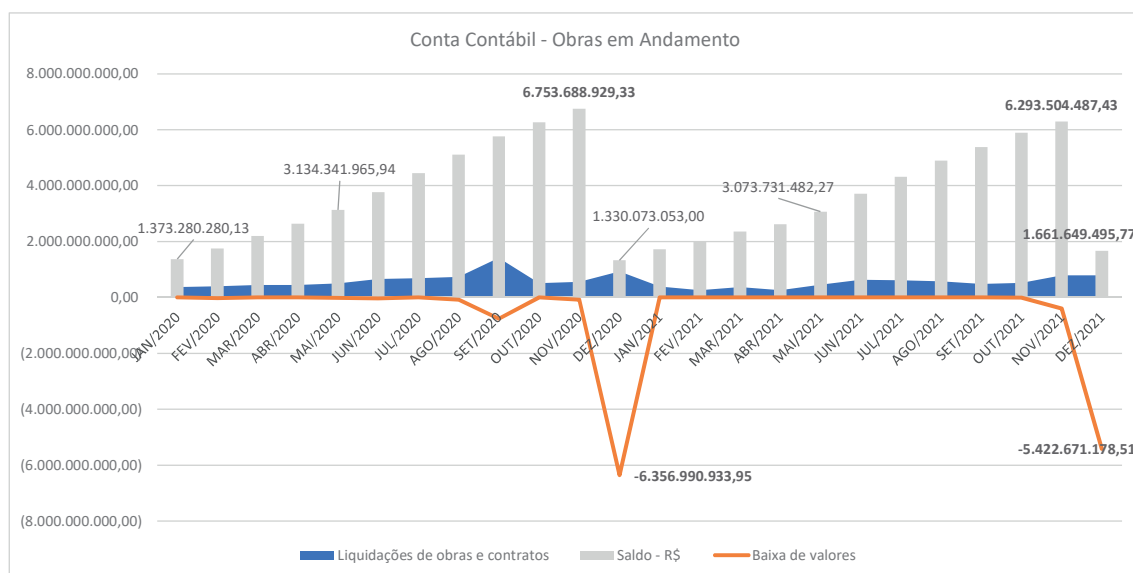
Obras em Andamento:

A conta Obras em Andamento apresentou uma variação monetária, até o encerramento de 2021, no montante de R\$ 331.576.442,77 (trezentos e trinta e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos), evoluindo 24,93% entre o encerramento do exercício de 2020 e o de 2021.

Durante todo o exercício, a conta contábil de Obras em Andamento recebe registros contábeis referentes a execução de serviços de construção, manutenção, conservação de rodovias federais, além de outros serviços, como obras relativas aos modais aquaviário e ferroviário. Ao final do exercício, de posse do levantamento da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/DNIT, das informações prestadas pelas Diretorias de Infraestrutura Ferroviária e Aquaviária e do Assunto 020334, Seção 020300, Capítulo 020000, do Manual do Siafi, esta autarquia realiza a transferência do saldo da conta Obras em Andamento para as respectivas contas do Imobilizado, em especial a conta contábil Rodovias e Estradas, que recebe a maior parte dos recursos, com as rodovias que tiveram acréscimo no seu valor patrimonial.

No Gráfico 2 abaixo demonstramos a evolução do saldo e dos movimentos desta conta contábil durante os exercícios de 2020 e 2021:

Gráfico 2 – Obras em Andamento – Movimento e Saldo



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota-se que, no exercício de 2020, a execução de despesas com Obras em Andamento foi ligeiramente superior ao de 2021. No final do período de 2021, antes da baixa desta conta contábil, seu saldo acumulado era de R\$ 7.084.320.674,28 (sete bilhões, oitenta e quatro milhões, trezentos e vinte mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), contra R\$ 7.687.063.986,95 (sete bilhões, seiscentos e oitenta e sete milhões, sessenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos) em 2020; uma redução de 7,84% no período.

Do saldo existente na conta Obras em Andamento no final do exercício de 2021 relacionado a obras rodoviárias, o montante de R\$ 5.373.721.169,68 (cinco bilhões, trezentos e setenta e três milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos) foi transferido para a conta “Rodovias e Estradas”, especificamente para aquelas rodovias federais que tiveram aumento de seu valor patrimonial.

Destaca-se que, no encerramento do exercício de 2021, a conta de Obras em Andamento não possuía saldo suficiente para transferência à conta de estradas. Dessa forma, além de receber o saldo de Obras em Andamento, a conta de Estradas teve de ser incorporada mediante uma Receita Patrimonial (Variação Patrimonial Aumentativa – VPA) de incorporação de ativos.

O saldo remanescente de R\$ 1.661.649.495,77 (um bilhão, seiscentos e sessenta e um milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos) da conta, refere-se a obras e contratos dos modais ferroviário e aquaviário, que aguardam conclusão ou definição das Diretorias de Infraestrutura Ferroviária e Aquaviária – DIF e DAQ para que seja realizada a transferência para os respectivos bens imóveis ou baixados contra o resultado de exercícios anteriores.

No exercício de 2021, houve a desincorporação de R\$ 8.181.441,81 (oito milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos), referente a valores liquidados de contrato, do modal aquaviário, realizado com o Corpo de Engenheiros do Exército Americano, por não contribuir para a formação ou aquisição de bem de capital.

Estudos e Projetos:

A conta Estudos e Projetos apresentou um aumento de 3,29%, que monetariamente significa uma variação no montante de R\$ 28.645.961,61 (vinte e oito milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos), decorrente do resultado de todos os movimentos devedores e credores durante o exercício de 2021, compostos de:

- a) incorporação no montante de R\$ 218.482.636,83 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos), referentes à liquidação de contratos de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Plano Nacional de Contagem de Tráfego – PNCT, Estudos Ambientais, Projetos de Engenharia, Estudos de Apoio aos Serviços de Desapropriação, etc ; e
- b) desincorporação de saldo no montante de R\$ 189.836.675,22 (cento e oitenta e nove milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), referentes à reclassificação para as contas de bens de infraestrutura como Rodovias e Estradas e Portos, e baixa de saldos em razão, principalmente, de Estudos que não foram ou não serão concretizados em obras, contratos cujo objeto é a gestão da infraestrutura existente.

Permaneceram nessa conta os saldos de Estudos e Projetos cujos contrato ainda estão em andamento (ativos) e, por isso, ainda não tiveram o início de execução de obras³⁵.

Os 10 (dez) contratos/projetos com as maiores variações monetárias positivas, entre o encerramento de 2020 e 2021 estão listados no Quadro 15.

Quadro 15 – Contratos com as maiores variações até 31/12/2021 – Estudos e Projetos

Contrato/Projeto	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Aumento R\$
	DEZ/2021	DEZ/2020	
CONTRATO 0559/18/DNIT-FUNDACAO GETULIO VARGAS	101.814.777,82	69.769.947,97	32.044.829,85
CONTRATO 0033/15/DNIT-SKILL ENGENHARIA LTDA	57.171.051,08	47.614.447,48	9.556.603,60
CONTRATO 508/11/DNIT-STE SERVICOS TECNICOS EN PORTOS MARITIMOS - DNIT	52.512.557,42	42.992.399,77	9.520.157,65
CONTRATO 210/11/DNIT-SKILL ENGENHARIA	51.113.499,83	41.731.748,99	9.381.750,84
CONTRATO 0049/08/DNIT-CONTECNICA CONSTR.TEC.	48.113.021,70	41.426.586,01	6.686.435,69
CONTRATO 0086/14/DNIT-CONSORCIO MPB/PROSUL	40.030.396,47	34.164.535,21	5.865.861,26
CONTRATO 813/12/DNIT-FUNDACAO DE AMPARO A PES	36.085.268,17	30.251.666,12	5.833.602,05
PROJETOS E OBRAS NA BR-319/AM.	12.325.025,68	6.585.973,11	5.739.052,57
INSTALACOES PORTUARIAS IP4 DAQ/DNIT	5.963.010,36	371.606,15	5.591.404,21
Total	414.589.183,60	314.908.910,81	99.680.272,79

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 07: Depreciação e Amortização Acumuladas, Reavaliação e Redução a Valor Recuperável dos Bens Imóveis:

Em relação aos bens imóveis, registra-se que a Malha Rodoviária Federal não sofre a depreciação sistemática por não possuir vida útil determinada, mas é reavaliada anualmente pelo seu custo de reposição depreciado.

A Malha Ferroviária Federal foi mensurada pelo custo de reposição depreciado, sendo utilizado o método de depreciação das quotas constantes e a taxa de depreciação anual utilizada foi 2,85%, conforme a Resolução nº 4540/2014, da ANTT³⁶, estando o valor patrimonial atual representado apenas pelo valor residual, haja vista ter ultrapassado a vida útil definida.

Em relação às eclusas, a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária adotou uma vida útil média de 100 anos, sendo que a idade média desses ativos é de 40 anos, sendo a mais velha (Fandango) com 62 anos de idade e a mais nova (Tucuruí) com 10 anos³⁷. As eclusas tiveram seu valor patrimonial considerando o desvio percentual entre a depreciação padrão e a depreciação real, sendo que a depreciação padrão considerou um estado de conservação de 2,5, entendendo que cabe à administração manter seus patrimônios, no mínimo, em situação regular, mediante a realização de manutenções regulares. Assim, em uma situação ideal onde o bem patrimonial é mantido, a sua depreciação ocorrerá, basicamente, em função de sua idade. Estabelecendo-se, então uma curva de tendência de depreciação padrão, pode-se compará-la à depreciação efetivamente medida, de acordo com o estado de conservação encontrado e, com isso, obter o desvio percentual de depreciação entre o que deveria estar valendo e o que realmente vale. Isto espelha quanto de depreciação resultou da incapacidade de não realizar as manutenções regulares.

Em relação às Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4 o valor patrimonial registrado corresponde ao valor depreciado, calculado pelo método da quantificação do custo constante no Manual de Avaliação de Imóveis da Secretaria de Patrimônio da União – SPU³⁸.

Para as atualizações dos valores registrados com Eclusas e IP4, no exercício de 2021, houve reavaliação do estado de conservação desses ativos, não gerando despesa com depreciação.

³⁶ 50600.011731/2018-27 e 2867606.

³⁷ SEI 3824592 – Processo 50600.025874/2019-05.

³⁸ SEI 4590168 – Processo 50600.025874/2019-05

Sobre os demais bens imóveis, as diretrizes para o cálculo e reconhecimento da depreciação, reavaliação, bem como da redução ao valor recuperável estão descritas na Portaria Conjunta STN/SPU nº 03, de 10 de dezembro de 2014, e nas Macrofunções 02.03.30 e 02.03.35 do Manual SIAFI, e são calculadas diretamente no SPIUnet, com reflexo contábil no SIAFI.

NOTA 08: Intangíveis

O DNIT possui apenas softwares registrados em seu Ativo Intangível, que, em 31/12/2021, possuía o valor contábil líquido de R\$ 10.963.388,31 (dez milhões, novecentos e sessenta e três mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos), apresentando uma redução de R\$ 82.885.143,69 (oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos). Essa redução é consequência da desincorporação de saldos referentes a contratos de softwares que não estavam mais em utilização e que atingiram o valor residual, que exceto poucas exceções, deve-se presumir que é zero³⁹.

No Quadro 16, demonstra-se os 11 (onze) contratos de softwares que foram desincorporados das contas de ativos intangíveis no exercício de 2021.

Quadro 16 - Contratos de softwares desincorporados do ativo

Contrato de Software		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
		DEZ/2021	DEZ/2020
IS0038311	CONTR. 383/11/DNIT-DISTR. DE TELEFONIA LTDA	0,00	363.583,91
IS0078612	CONTR. 786/12/DNIT-BUSINESS TO TECHNOLOGY	0,00	7.320.417,61
IS0088515	CONTR. 0885/15/DNIT-ALLEN RIO SERV.COM.PROD	0,00	15.223.853,00
IS0089015	CONTR. 0890/15/DNIT-VERT SOLUCOES EM INFORM	0,00	3.818.830,93
IS0090715	CONTRAT. 0907/15/DNIT-VERT SOLUCOES INFORM.LT	0,00	29.697.430,37
IS1072018	CONTRATO 107/2018 - SWTI	0,00	2.451.335,00
IS0011218	CONTRATO 112/18/DNIT-BUSINESS TO TECHNOLOGY	0,00	6.440.000,00
IS0050416	CONTR.0504/16/DNIT-N2O TECNOLOGIA DA INFOR	0,00	11.690.000,00
IS0055016	CONTRATO 550-16 TCI BPO TECNOLOGIA - DNIT	0,00	101.665,90
IS0083015	CONTRATO 830/15/DNIT-T&S TELEM. ENG. SIST	0,00	6.771.500,00
IS0091016	CONTRATO 910/2016 - 90 TECNOL. DA INF LTDA	0,00	136.500,00

Fonte: Tesouro Gerencial

No Quadro 17, demonstra-se os softwares registrados no DNIT, separados por Unidade Gestora.

³⁹ SEI 9613547 e 9798850 – 50600.005343/2016-45.

Quadro 17 – Softwares registrados no SIAFI – posição em 31/12/2021

UG Executora		Conta Contábil		Contrato de Software		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
						DEZ/2021	DEZ/2020
393003	DNIT Sede	124110101	SOFTWARES DE VIDA ÚTIL DEFINIDA	IS0002610	026/10/DNIT IMAGEM GEOSISTEMA E COMERCIO LTDA	198.862,21	198.862,21
				IS0038311	CONTR. 383/11/DNIT-DISTR. DE TELEFONIA LTDA	0,00	363.583,91
				IS0040420	SOFTWARE QUANTM PATHFINDER - PP 404/2020	4.240.271,24	4.240.271,24
				IS0077214	CONTRATO-0772/14/DNIT-PARS PROD.DE PROC. DADO	1.476.377,40	1.476.377,40
				IS0078612	CONTR. 786/12/DNIT-BUSINESS TO TECHNOLOGY	0,00	7.320.417,61
				IS0081814	818/14/DNIT-IMAGEM GEOSISTEMA E COMERCIO LTDA	1.979.521,71	1.979.521,71
				IS0088515	CONTR. 0885/15/DNIT-ALLEN RIO SERV.COM.PROD	0,00	15.223.853,00
				IS0089015	CONTR. 0890/15/DNIT-VERT SOLUCOES EM INFORM	0,00	3.818.830,93
				IS0090715	CONTRAT. 0907/15/DNIT-VERT SOLUCOES INFORM. LT	0,00	29.697.430,37
				IS1072018	CONTRATO 107/2018 - SWTI	0,00	2.451.335,00
		124110201	SOFTWARES DE VIDA ÚTIL INDEFINIDA	IS0011218	CONTRATO 112/18/DNIT-BUSINESS TO TECHNOLOGY	0,00	6.440.000,00
				IS0017821	CONTRATO 178/2021/DNIT - SERPRO	1.072.233,03	
				IS0047316	PALISADE BRASIL/DNIT CONTRATO 473/2016	41.250,00	41.250,00
				IS0050416	CONTR.0504/16/DNIT-N2O TECNOLOGIA DA INFOR	0,00	11.690.000,00
				IS0053217	CONTRATO 0532/17/DNIT-PARS PROD PROCES DADOS	1.902.045,00	1.902.045,00
				IS0055016	CONTRATO 550-16 TCI BPO TECNOLOGIA - DNIT	0,00	101.665,90
				IS0083015	CONTRATO 830/15/DNIT-T&S TELEM. ENG. SIST	0,00	6.771.500,00
				IS0091016	CONTRATO 910/2016 - 90 TECNOL. DA INF LTDA	0,00	136.500,00
393012	SR/RS-D-NIT	124110201	SOFTWARES DE VIDA ÚTIL INDEFINIDA	IS74016RS	VELTI TECNOLOGIA EM SIST. E EQUIP. LTDA-ME	1.799,00	1.799,00
393021	SR/RN-D-NIT	124110101	SOFTWARES DE VIDA ÚTIL DEFINIDA	IS79917RS	EUGENIO RODRIGUES DA SILVA	856,00	856,00
				ISAGISOFT	AGISOFT METASHAPE PHOTOSCAN PROFESSIONAL	49.940,00	
				ISCGONAC2	DONGLE PARA SOFTWARE CGO NAC2	7.800,00	
				ISCOREL01	CORELDRAW GRAPHICS SUITE 2017	2.054,48	2.054,48
				ISPAPPRO1	PAPERPORT PROFESSIONAL 14	1.160,00	1.160,00
				ISTOPOGR1	SISTEMA TOPOGRAFH 11	5.600,00	5.600,00
				ISTOPOGR2	SISTEMA TOPOGRAFH 14	16.000,00	16.000,00
		124810100	Amortização Acumulada	-16.351,48	-8.656,65		
124910100	Redução ao valor recuperável - Softwares	-16.030,28	-16.030,28				
Total						10.963.388,31	93.856.226,83

Fonte: Tesouro Gerencial1.

2. PASSIVO:

1.2.1. PASSIVO CIRCULANTE:

NOTA 09: Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo

O subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo é composto apenas pela rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo”, que representa 34,12% do passivo exigível do DNIT, e apresentou um aumento de 30,96% no seu saldo, ou seja, R\$ 22.230.352,27 (vinte e dois milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos) no período analisado, o que significa que houve mais assunções do que pagamentos de obrigações.

O Quadro 18 demonstra a composição dessa rubrica.

Quadro 18 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
FORNECEDORES NACIONAIS	11.762,02	7.507,75	0,01%	56,67%	4.254,27
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	94.024.005,72	71.796.223,28	99,99%	30,96%	22.227.782,44
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS -INTER MUNICIPAL	0,00	1.684,44	0,00%	-100,00%	-1.684,44
Total	94.035.767,74	71.805.415,47	100,00%	30,96%	22.230.352,27

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta contábil Contas a Pagar Credores Nacionais é responsável por 99,99% da rubrica Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e apresentou um aumento de 30,96% até o encerramento do exercício de 2021, ou seja, uma variação monetária de R\$ 22.227.782,44 (vinte e dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

No Quadro 19, há a relação dos 20 maiores credores do DNIT, de um total de 210, em valores a pagar registrados nessa rubrica, em 31/12/2021, que respondem por 73,31% do valor total dessa rubrica.

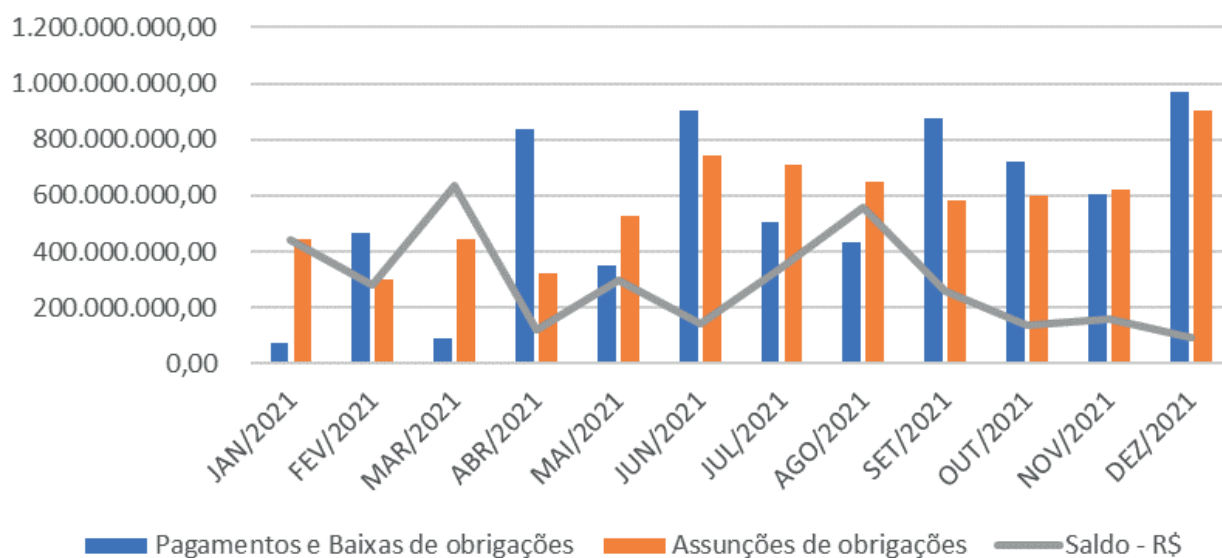
Quadro 19 – 20 maiores fornecedores/credores em 31/12/2021

Fornecedor		Saldo - R\$
03118726000111	CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA	23.562.960,62
22451088000109	FRATELLO ENGENHARIA LTDA	8.548.626,01
92779503000125	CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A	4.081.253,10
83318022000121	CFA CONSTRUCOES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	4.063.558,17
61156568000190	CONSTRAN S/A - CONSTRUCOES E COMERCIO - EM RECUPERACAO	3.551.597,80
08402620000169	EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA S A EM RECUPERACAO JUDIC	3.067.943,86
02870297000171	CONSORCIO CONSTRUTOR BR-163	2.662.925,63
04718687000156	ANTONELLY CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	2.462.269,57
00356328000145	CONSTRUTORA ZAG LTDA	1.977.462,43
19758842000135	LCM CONSTRUCAO E COMERCIO S.A	1.837.789,76
23998438000106	CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA	1.683.457,13
08666201000134	MADECON ENGENHARIA E PARTICIPACOES EIRELI	1.675.382,61
53503652000105	CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	1.459.731,16
00604322000140	ENGESPRO ENGENHARIA LTDA	1.405.457,81
02481826000145	CONSTRUTORA MACADAME EIRELI	1.336.230,68
02958777000199	CVD PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA	1.188.832,91
60681749000173	GEOSONDA S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.119.997,13
92930643000152	ECOPLAN ENGENHARIA LTDA	1.115.598,55
33683111000107	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.073.044,09
26631473000180	ETICA CONSTRUTORA EIRELI	1.058.896,17
Total		68.933.015,19

Fonte: Tesouro Gerencial

A título de ilustração, no Gráfico 3, demonstra-se a evolução do saldo dessa rubrica, nos últimos 12 meses, comparado ao movimento.

Gráfico 3 – Fornecedores e Contas a Pagar (Passivo Circulante) – Movimento e Saldo:



Fonte: Tesouro Gerencial

Passivos Sem a Correspondente Execução Orçamentária

Dentro da conta contábil Contas a Pagar Credores Nacionais, há registros de passivos sem o correspondente suporte orçamentário, que são obrigações reconhecidas a um credor que prestou efetivamente um serviço, executou uma obra, etc, mas que não foram salgadas por ausência de um empenho prévio, ou o empenho existente não possuía saldo suficiente, entre outros motivos, e que a Administração Pública não pode deixar de indenizar sob risco de enriquecimento ilícito.

Em cumprimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público- NBC TSP e à Macrofunção "021140 - Reconhecimento de Passivos", o DNIT realiza, à medida que os processos administrativos chegam aos setores de contabilidade, a apropriação dos passivos sem a correspondente execução orçamentária.

Em 31/12/2021, o DNIT possuía R\$ 68.392.175,22 (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), referente a passivo sem suporte orçamentário, em comparação com o montante de R\$ 21.276.114,12 (vinte e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, cento e quatorze reais e doze centavos) do encerramento de 2020, considerando todas as unidades gestoras da autarquia que efetuaram tais registros, conforme Quadro 20.

Quadro 20 – Passivos sem Suporte Orçamentário

UG Executora	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
SR/MG - DNIT	9.613,78		0,01%		9.613,78
RFFSA/DNIT	7.718,55	7.718,55	0,01%	0,00%	0,00
DNIT Sede	59.358.685,06	19.814.475,92	86,79%	199,57%	39.544.209,14
SR/AM - DNIT	2.234.874,69	230.933,34	3,27%	867,76%	2.003.941,35
SR/DF - DNIT	157.944,48		0,23%		157.944,48
SR/RO-DNIT	1.753.760,22	194.607,01	2,56%	801,18%	1.559.153,21

SR/PA - DNIT	37.173,84	0,00	0,05%		37.173,84
SR/PB - DNIT	9.382,17		0,01%		9.382,17
SR/RN - DNIT	43.802,94		0,06%		43.802,94
SR/CE - DNIT	1.794.520,70	0,00	2,62%		1.794.520,70
SR/SP - DNIT	2.283,62	2.283,62	0,00%	0,00%	0,00
SR/BA - DNIT	318.161,63	13.718,49	0,47%	2219,22%	304.443,14
SR/MG - DNIT	2.664.253,54	1.011.337,79	3,90%	163,44%	1.652.915,75
SR/BA - DNIT	0,00	1.039,40	0,00%	-100,00%	(1.039,40)
Total	68.392.175,22	21.276.114,12	100,00%	221,45%	47.116.061,10

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito do DNIT, o aumento da frequência desses registros deve-se à publicação da Instrução Normativa/DG nº 09, de 31 de julho de 2019, que, em seu artigo 16, instituiu que o processo de reconhecimento de dívida deveria evoluir à Coordenação de Contabilidade para que seja efetuado o devido registro no SIAFI. Essa Instrução foi revogada e substituída pela IN/DG nº 29/2021, que mantém a mesma obrigatoriedade de registro no SIAFI, em seu §4º do art. 4º e §3º do art. 5º. As justificativas apresentadas nos processos administrativos de reconhecimento de dívida resumem-se, em sua maioria, à insuficiência de saldo de empenho à época das medições.

O passivo registrado na Unidade Gestora da extinta RFFSA foi realizado previamente a transferências dos saldos do patrimônio dessa estatal para o DNIT. Apesar da Coordenação de Contabilidade entender que esse valor não é mais devido, e logo, não configura mais um passivo da entidade, a análise sobre esse passivo ainda está em andamento⁴⁰.

Existem, ainda, valores empenhados no elemento de despesa 92 (Despesa de Exercício Anterior), com a informação de que não existia passivo anterior, que correspondem a obrigações cujo passivo sem suporte orçamentário não havia sido registrado no SIAFI à época do fato gerador, conforme Quadro 21.

Quadro 21 – Empenhos emitidos no elemento de despesa 92 (passivo anterior: não)

UG Executora	Grupo Despesa		Elemento Despesa	Saldo Empenhado - R\$
DNIT Sede	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	92	2.600.487,43
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	263.475,56
SR/PA - DNIT	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	1.256,32
SR/TO - DNIT	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	392,00
SR/PE - DNIT	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	7.574,71
SR/MG - DNIT	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	10.640,51
DNIT Sede	4	INVESTIMENTOS	92	64.638,42
Total				2.948.464,95

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 10: Demais Obrigações a Curto Prazo

Até o encerramento do exercício de 2021, o subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou uma redução de 2,17% em relação ao encerramento do exercício de 2020, conforme Quadro 22, devido ao decréscimo no saldo da rubrica Outras Obrigações a Curto Prazo.

⁴⁰ Processo 50600.019965/2021-18.

Quadro 22 – Demais Obrigações a Curto Prazo - composição

Agrupamento Contábil	Saldo R\$		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Valores Restituíveis	9.063.300,96	8.612.931,30	9,16%	5,23%	450.369,66
Outras Obrigações a Curto Prazo	89.852.467,95	92.499.567,68	90,84%	-2,86%	-2.647.099,73
Total	98.915.768,91	101.112.498,98	100,00%	-2,17%	-2.196.730,07

Fonte: Tesouro Gerencial

Outras Obrigações a Curto Prazo

A rubrica “Outras Obrigações a Curto Prazo”, que representa 32,60% do Passivo Exigível, apresentou uma redução de 2,86%, no período analisado, dessas obrigações a pagar, que representa uma variação monetária de R\$ 2.647.099,73 (dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, noventa e nove reais e setenta e três centavos), conforme Quadro 23.

Quadro 23 – Outras Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Indenizações, Restituições e Compensações	121.559,30	165.072,69	0,14%	-26,36%	-43.513,39
Diárias a Pagar	4.955,57	5.880,24	0,01%	-15,73%	-924,67
Precatórios de Terceiros	82.747.776,48	66.327.707,05	92,09%	24,76%	16.420.069,43
Cartão de pagamento do governo federal (fatura)	799,95	907,70	0,00%	-11,87%	-107,75
Obrigações com entidades federais	924.582,16	0,00	1,03%		924.582,16
Transferências Financeiras a comprovar - TED	2.867.337,77	26.000.000,00	3,19%	-88,97%	-23.132.662,23
Obrigações com entidades estaduais	3.185.456,72		3,55%		3.185.456,72
Total	89.852.467,95	92.499.567,68	100,00%	-2,86%	-2.647.099,73

Fonte: Tesouro Gerencial

Até o encerramento do exercício de 2021, houve um aumento de 24,76% com obrigações de precatórios de terceiros, que representa 92,09% da rubrica analisada, decorrente, principalmente, dos registros dos valores a pagar previstos presentes na proposta de lei orçamentária para 2022, nas contas correntes PR1RG2022, PR4CP2022 e PR5RG2022, efetuadas pelo TRF 1ª Região, TRF 4ª Região e TRF 5ª Região, respectivamente.

A conta Transferências Financeiras a Comprovar – TED (Termo de Execução Descentralizada), apresentou uma redução de 88,97%, no período, correspondente ao valor de R\$ 23.132.662,23 (vinte e três milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e três centavos), devido à baixa do montante de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), que estava registrado nas obrigações do DNIT, desde 2019, decorrente de um lançamento efetuado pelo Tesouro Nacional, de uma incorporação de passivo, tendo em vista a necessidade de registrar uma apropriação de ativo na UG Descentralizadora e de passivo na UG recebedora de TED, devido a recursos orçamentários e financeiros não utilizados, com a devida prestação de contas, e/ou devolvidos. Esse lançamento refere-se a um valor a comprovar do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 02/2013 (SIAFI 299332), recebido pelo DNIT e oriundo da Secretaria Nacional de Portos, cuja vigência findou em 26/02/2016.

Quanto a isso, a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária (DAQ)⁴¹ informou que a Coordenação-Geral de Obras e Serviços da Secretaria Portos recomendou pela aceitação da execução física do objeto para fins de prestação de contas. Assim, a DAQ solicitou ao Ministério da Infraestrutura⁴² a modificação, no SIAFI, da situação do TED de “a comprovar” para “comprovado”, o que foi realizado no primeiro trimestre de 2021.

⁴¹50600.026444/2019-01

⁴²Ofício 89117/2019/DAQ/DNIT – SEI 4053622

O saldo de R\$ 2.867.337,77 (dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos), presente no encerramento de 2021, na conta de TED a comprovar, refere-se ao valor recebido do Fundo Nacional de Aviação Civil, relativo ao Termo de Execução Descentralizada 002/2020, que figura como obrigação do DNIT até que este preste contas da execução do objeto do Termo ou devolva o dinheiro.

Em relação a todos os precatórios desta Autarquia, demonstra-se, no Quadro 24, que há um saldo total de R\$ 114.078.980,07 (cento e quatorze milhões, setenta e oito mil, novecentos e oitenta reais e sete centavos) de obrigações a pagar com Precatórios⁴³ no encerramento do exercício analisado, entre obrigações do passivo circulante e não circulante, apresentando um aumento de R\$ 20.965.835,98 (vinte milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), devido à movimentação na conta Precatórios de Terceiros do ativo circulante.

Quadro 24 - Precatórios

Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
		DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Passivo Circulante	PRECATORIOS DE PESSOAL	21.587.452,14	19.960.309,27	18,92%	8,15%	1.627.142,87
	PRECATORIOS DE TERCEIROS	82.747.776,48	66.327.707,05	72,54%	24,76%	16.420.069,43
Passivo Não Circulante	PRECATORIOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.717.560,82	0,00	2,38%		2.717.560,82
	PRECATORIOS DE TERCEIROS	7.026.190,63	6.825.127,77	6,16%	2,95%	201.062,86
Total		114.078.980,07	93.113.144,09	100,00%	22,52%	20.965.835,98

Fonte: Tesouro Gerencial

1.3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 11: Ajuste de Exercícios Anteriores

Até o encerramento do exercício de 2021, realizaram-se registros de Ajustes de Exercícios Anteriores no montante líquido devedor de R\$ 50.744.655,39 (cinquenta milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), reduzindo o Patrimônio Líquido.

Essa conta registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os principais movimentos credores, que aumenta o saldo do Patrimônio Líquido, foram de:

- R\$ 134.159.124,71 (cento e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e um centavos), decorrente do registro intempestivo de valores apurados em TCE instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.880/2010-Plenário e julgados pelo Tribunal de Contas da União;
- R\$ 24.838.425,10 (vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e dez centavos), devido ao registro intempestivo de valores apurados em TCE e julgados por meio do Acórdão 1534/2012- Plenário, retificados pelos Acórdãos 1174/2014-Plenário e 8171/2018-Plenário;
- R\$ 18.431.126,45 (dezoito milhões, quatrocentos e trinta e um mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos), ocasionado pelo registro intempestivo de atualização financeira de crédito a receber referente a ressarcimento ao erário, conforme Acórdão nº 826/2015-TCU-Plenário;
- R\$ 17.254.314,82 (dezessete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos), referente ao registro de valores apurados em TCE, em

⁴³Pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federa, Estaduais, Distrital e Municipais em virtude de sentença judiciária.

virtude do julgamento exposto no Acórdão nº 1060/2017/TCU-Plenário.

Os principais movimentos devedores, que por sua vez diminuí o PL, foram:

- a) R\$ 58.875.450,82 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos), referente à baixa de saldos da conta de Softwares relacionados aos contratos 383/2011, 786/2012, 855/2015, 890/2015, 907/2015 e 107/2018, em exercício posterior à amortização completa;
- b) R\$ 58.764.589,08 (cinquenta e oito milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oito centavos) e R\$ 32.968.695,27 (trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), relacionados aos registros intempéstivos de baixa de saldos contratuais que constavam em conta de Bem Imóvel Transitório, cujos contratos estavam finitos, e geraram ativos que já estavam registrados na conta de Portos;
- c) R\$ 25.406.119,40 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e seis mil, cento e dezenove reais e quarenta centavos), devido à reclassificação de créditos a receber para ativos contingentes, devido a suspensão de efeito de cobrança de ressarcimento ao erário no âmbito do Contrato nº 036/2009, devido ao acatamento de recursos da empresa devedora no TCU.

NOTA 12: OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2021, o DNIT possuía um saldo de R\$ 35.976.566.993,95 (trinta e cinco bilhões, novecentos e setenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) relacionados a obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executadas, conforme registros em contas de controle.

A seguir, apresenta-se o Quadro 25, segregando-se essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 25 – Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Aluguéis	12.658.307,64	13.186.324,62	0,04%	-4,00%	-528.016,98
Fornecimento de Bens	11.689.165,29	8.334.456,07	0,03%	40,25%	3.354.709,22
Seguros	2.883.419,83	2.848.233,56	0,01%	1,24%	35.186,27
Serviços	35.949.336.101,19	34.639.220.243,64	99,92%	3,78%	1.310.115.857,55
Total	35.976.566.993,95	34.663.589.257,89	100,00%	3,79%	1.312.977.736,06

Fonte: Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam 99,92% do total das obrigações assumidas pelo DNIT até o encerramento do exercício de 2021. Isso ocorre em razão da sua esfera de atuação, cujo principal objetivo é implementar a política de infraestrutura do país por meio da execução, principalmente mediante contrato, de grandes obras e serviços de engenharia, que possuem elevado custo de execução.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 26, que relaciona os montantes das obrigações contratuais por Unidade Gestora do DNIT até 31/12/2021, demonstrando que o DNIT Sede (UG 393003) concentra 99,04% das obrigações, tendo em vista que faz a gestão orçamentária e financeira dos contratos da área finalística da autarquia.

Quadro 26 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora

Unidade Gestora		Saldo - R\$ (Conta Contábil)		AV%
		DEZ/2021	DEZ/2020	
390059	RFFSA - DNIT	2.593.562,86	2.593.562,86	0,01%
390070	SR/RR - DNIT	33.322.389,92	8.204.943,32	0,09%
390071	SR/AP - DNIT	3.416.731,97	1.861.778,77	0,01%
390084	SR/AC - DNIT	2.981.107,54	2.059.717,60	0,01%
393003	DNIT Sede	35.632.644.539,50	34.350.596.146,55	99,04%
393009	SR/AM - DNIT	68.520.759,90	68.765.196,02	0,19%
393010	SR/MS - DNIT	7.414.113,89	8.036.947,30	0,02%
393011	SR/DF - DNIT	12.298.408,37	10.656.242,32	0,03%
393012	SR/RS - DNIT	19.993.710,93	21.333.667,61	0,06%
393013	SR/SC - DNIT	12.094.921,80	12.856.301,84	0,03%
393014	SR/RO-DNIT	6.330.479,07	6.565.768,19	0,02%
393015	SR/SE - DNIT	3.225.649,57	1.923.646,75	0,01%
393016	SR/PA - DNIT	12.656.040,71	13.520.079,82	0,04%
393017	SR/PB - DNIT	2.675.734,84	2.233.522,13	0,01%
393018	SR/ES - DNIT	11.194.292,76	12.843.849,88	0,03%
393019	SR/RJ - DNIT	33.937.153,65	32.130.252,81	0,09%
393020	SR/MT - DNIT	5.195.907,63	7.475.989,93	0,01%
393021	SR/RN - DNIT	5.329.165,92	5.691.135,81	0,01%
393022	SR/PI - DNIT	4.217.792,49	4.639.678,87	0,01%
393023	SR/TO - DNIT	10.102.932,19	10.287.771,76	0,03%
393024	SR/CE - DNIT	2.548.850,83	4.443.585,88	0,01%
393025	SR/SP - DNIT	7.188.609,37	9.431.790,41	0,02%
393026	SR/AL - DNIT	2.359.886,96	1.872.966,11	0,01%
393027	SR/BA - DNIT	39.056.764,10	32.205.360,84	0,11%
393028	SR/PR - DNIT	2.513.343,47	1.137.447,34	0,01%
393029	SR/PE - DNIT	1.816.466,84	2.633.463,57	0,01%
393030	SR/MA - DNIT	2.831.580,71	1.694.285,42	0,01%
393031	SR/MG - DNIT	28.106.096,16	25.894.158,18	0,08%
Total		35.976.566.993,95	34.663.589.257,89	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 13: ATIVOS CONTINGENTES

A conta “Ativos Contingentes Previstos”, que registra a previsão de ativos contingentes cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de eventos futuros incertos, possuía, em 31/12/2021, um montante de R\$ 3.802.030.056,04 (três bilhões, oitocentos e dois milhões, trinta mil, cinquenta e seis reais e quatro centavos), conforme demonstrado no Quadro 27, que informa o tipo de origem desses valores.

Quadro 27 – Ativos Contingentes

Tipo de processo de origem	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	dez./2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Ressarcimento (processo administrativo)	101.097.260,57	20.323.797,74	2,66%	397,43%	80.773.462,83
Multa administrativa (PAAR)	7.504.513,59	90.554,70	0,20%	8187,27%	7.413.958,89
Remuneração - utilização faixa de domínio	3.597.032.070,08	3.597.032.070,08	94,61%	0,00%	0,00
TCE	69.075.869,55	2.682.970,80	1,82%	2474,60%	66.392.898,75
Ressarcimento (processo administrativo)	19.660.630,92	19.660.630,92	0,52%	0,00%	0,00
Multa administrativa (PAAR)	3.350.183,16	3.350.183,16	0,09%	0,00%	0,00
Ressarcimento (processo administrativo)	4.309.528,17		0,11%		4.309.528,17
Total:	3.802.030.056,04	3.643.140.207,40	100,00%	4,36%	158.889.848,64

Fonte: Tesouro Gerencial

No DNIT, os valores que compõem essa conta são cobranças que tiveram a exigibilidade suspensa por decisões, administrativas judiciais ou do Tribunal de Contas da União, no âmbito de processos de tomadas de contas especiais.

O valor de R\$ 3.597.032.070,08 (três bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, trinta e dois mil, setenta reais e oito centavos) refere-se a um contrato de arrendamento da faixa de domínio, firmado com o Grupo Oi, sendo que a execução de cobrança foi suspensa em razão de ordem oriunda do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a pendência de julgamentos de recursos repetitivos perante a esta Corte Superior⁴⁴.

2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:

Entre o encerramento do exercício de 2020 e o mesmo período de 2021, o DNT apresentou um aumento no valor total de Receitas (Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA) de 64,59%, que representa um incremento monetário de R\$ 27.579.648.445,75 (vinte e sete bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Em relação às Despesas (Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD), houve redução de 37,17% na comparação entre os dois períodos, representando um decréscimo de despesas no montante de R\$ 3.656.665.859,01 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e um centavo).

Com o aumento de receitas e redução de despesas, o resultado patrimonial do exercício de 2021 apresentou uma variação positiva, em relação ao mesmo período de 2020, de 95,06%, que monetariamente corresponde ao valor de R\$ 31.236.314.304,76 (trinta e um bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, trezentos e quatorze mil, trezentos e quatro reais e setenta e seis centavos).

2.1. RECEITAS (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – VPA):

NOTA 14: Exploração de Bens, Direitos e Serviços

A conta que registra as receitas patrimoniais com Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços apresentou um aumento de 31,19% entre o fim do exercício de 2020 e o mesmo período de 2021, que monetariamente representa um acréscimo de receita no valor de R\$ 10.987.153,45 (dez milhões, novecentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos),

⁴⁴SEI 6324024 – Processo 50600.002678/2018-73.

ocasionado pelo crescimento de 39,54% de arrecadação com receitas de atividades de apoio administrativo, como taxas de registro, vistoria, licença, etc, conforme demonstrado no Quadro 28.

Quadro 28 – Receitas com exploração de bens, direitos e serviços públicos por código de recolhimento

Código de Recolhimento		Saldo - R\$		Análise		
		DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Registro por competência		604.275,90	1.568,13	1,31%	38434,81%	602.707,77
27777	DNIT-ARREND C/TELECOMUNICACOES	778.631,60	1.095.292,52	1,68%	-28,91%	-316.660,92
28802	ALUGUEIS	147.547,15	180.408,00	0,32%	-18,21%	-32.860,85
28803	ARRENDAMENTOS	4.490.957,65	5.128.931,69	9,72%	-12,44%	-637.974,04
28804	TAXA DE USO DE IMOVEIS	16.011,44	29.279,73	0,03%	-45,32%	-13.268,29
28830	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	40.179.589,51	28.794.379,73	86,94%	39,54%	11.385.209,78
Total		46.217.013,25	35.229.859,80	100,00%	31,19%	10.987.153,45

Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento de arrecadação com Serviços Administrativos deve-se à publicação de nova resolução para a utilização das faixas de domínio do DNIT, em março de 2021⁴⁵, na qual prevê a cobrança de Preço de Análise de Viabilidade – PAV, ao solicitar habilitação para uso da faixa de domínio, e do Preço de Exame do Projeto – PEP, análise técnico prévia para viabilizar o Termo de Permissão de Uso da Faixa de Domínio. A referida resolução prevê a cobrança de Preço Público, referente a exploração do bem público, refletida na arrecadação com arrendamentos e arrendamentos com telecomunicações.

Adicionalmente, o saldo do código de recolhimento de Serviços Administrativos contempla a arrecadação com Tarifas de Expedição de Autorização de Trânsito e Tarifas de Utilização de Via, previstas em resolução que estabelece normas sobre o uso de rodovias federais por veículos ou combinações de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões, observados os limites e os requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito⁴⁶.

NOTA 15: Juros e Encargos de Mora

A receita patrimonial com Juros e Encargos de Mora apresentou um aumento de 198,00%, no fim do exercício de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, que, em termos monetários, representa um acréscimo de R\$ 30.891.421,37 (trinta milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos), conforme pode ser observado no Quadro 29.

Quadro 29 – Juros e Encargos de Mora

Conta Contábil	Saldo - R\$		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços	15.589,58	540,18	0,03%	2786,00%	15.049,40
Outros juros e encargos de mora	46.451.740,80	15.601.329,24	99,91%	197,74%	30.850.411,56
Outros juros e encargos de mora com municípios ou entidades municipais	25.960,41		0,06%		25.960,41
Total	46.493.290,79	15.601.869,42	100,00%	198,00%	30.891.421,37

Fonte: Tesouro Gerencial

⁴⁵ Resolução 07/2021/DG-DNIT.

⁴⁶ Resolução 01/2021/DG-DNIT.

A composição da conta contábil Outros Juros e Encargos de Mora corresponde a receitas patrimoniais de juros e encargos de mora oriundas de aplicação de multas contratuais, cobranças de ressarcimentos ao erário, parcelamento de débito e oriundas de arrecadações de créditos não registrados por competência, conforme Quadro 30.

Quadro 30 – Outros Juros e Encargos de Mora - Composição

Código de Recolhimento		Saldo R\$		Análise		
		DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Registros por competência		44.577.276,82	15.512.158,78	95,96%	187,37%	29.065.118,04
10095	DNIT - Multas de Trânsito	7.450,28	4.665,87	0,02%	59,68%	2.784,41
18806	Recuperação despesas primárias de exercícios anteriores - Fonte 100	50.162,29	39.387,75	0,11%	27,36%	10.774,54
18822	STN Outras receitas	67.145,53		0,14%		67.145,53
18836	STN Restituição de recursos de convênio de exercícios anteriores	1.748.361,87	44.909,91	3,76%	3793,04%	1.703.451,96
18855	Ressarcimento de despesas com cópias	1,87		0,00%		1,87
18856	STN Outros ressarcimentos	269,03	0,00	0,00%		269,03
28830	Serviços Administrativos	317,92	206,93	0,00%	53,64%	110,99
28872	Outras Indenizações	677,19		0,00%		677,19
28893	Receita decorrente de indenização de seguro	78,00		0,00%		78,00
Total		46.451.740,80	15.601.329,24	100,00%	197,74%	30.850.411,56

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 16: Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A receita patrimonial com Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, representante de 86,80% das Receitas (Variações Patrimoniais Aumentativas), apresentou um aumento de 83,72% em relação ao mesmo período de 2020. Conforme consta no Quadro 31, nota-se que houve uma redução de 27,72% com os registros de receitas de reavaliação de ativos, e de 39,17% de ganhos com alienação de ativos. Os ganhos com incorporação de ativos apresentaram uma evolução de 83,89% em relação ao fim do exercício de 2020. Os ganhos com desincorporação de passivos obtiveram um aumento de 83,72% nas baixas de obrigações a pagar.

Quadro 31 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Conta Contábil	Saldo - R\$		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Reavaliação de Ativos	6.416.043,92	8.876.584,26	0,01%	-27,72%	-2.460.540,34
Ganhos com Alienação	20.423,34	33.572,87	0,00%	-39,17%	-13.149,53
Ganhos com Incorporação de Ativos	60.892.478.437,40	33.113.270.210,40	99,82%	83,89%	27.779.208.227,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	105.721.274,44	57.545.388,83	0,17%	83,72%	48.175.885,61
Total	61.004.636.179,10	33.179.725.756,36	100,00%	83,86%	27.824.910.422,74

Fonte: Tesouro Gerencial

Reavaliação de Ativos

Até o encerramento do exercício de 2021, os ganhos com reavaliação de ativos foram registrados na Superintendência Regional do DNIT da Paraíba, com a reavaliação do: imóvel Sede da SR/PB, estacionamento da Sede da SR/PB e imóvel da Unidade Local de Patos da SR/PB.

Ganhos com Alienação de Ativos

Em 2021, houve dois registros de ganhos com alienação de ativos:

- Alienação simultânea na aquisição de veículo novo, pela SR/RO;
- Venda de bem por perda total, pela SR/MG.

Ganhos com Incorporação de Ativos

O Quadro 32 demonstra a origem das receitas de ganhos com incorporação de ativos até o encerramento do exercício de 2021, que totaliza o montante de R\$ 60.892.478.437,40 (sessenta bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), e representa 99,82% da composição da rubrica analisada.

Além de registro de bens imóveis no SPIUNET na SR/SE e SR/PE, reconhecimento de crédito a receber decorrente de multa na SR/PB, regularização de bens na SR/ES e aumento do valor patrimonial de bens de infraestrutura, há o reconhecimento de direitos a receber decorrente de transferências efetuadas pelo DNIT a outros órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio de Termos de Execução Descentralizada ou Termos de Cooperação.

Quadro 32 – Ganhos com Incorporação de Ativos

UG Executora	Detalhamento	Saldo R\$ (Dezembro/2021)
SR/SE	REGISTRO DE IMOVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUNET	129.524,89
SR/RS (Transferências Intra OFSS)	TED 899/2015	8.127.790,19
SR/PE	REGISTRO DE IMOVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUNET	69.781,36
DNIT - Sede	Atualização valor patrimonial das Ferrovias Federais	12.012.868.998,73
	Atualização valor patrimonial das Rodovias Federais	46.824.694.555,54
	Atualização valor patrimonial das Eclusas	1.811.667.139,59
	Atualização valor patrimonial das IP4	121.602.447,10
	Regularização valor material de consumo após inventário	15.109,20
SR/PB	Reconhecimento de crédito a receber de multa contratual	3.284,45
SR/ES	Regularização de bens móveis para reverter baixa em duplicidade	75.054,00
DNIT - Sede (Transferências Intra OFSS)	TED 048/2021	11.284.050,15
	TED 884/2020	3.000.000,00
	TED 462/2018	3.480.250,00
	Termo De Cooperação 1103/2013	1.533.250,04
	Termo de Cooperação 1071/2013	383.570,93
	TED 622/2017	4.664.348,49
	TED 231/2020	9.772.281,07
	TED 448/2017	1.568.618,87
	Termo de Cooperação 1071/2013	337.816,78
	TED 001/2020	538.430,89
	TED 679/2020	4.362.448,44
	TED 001/2020	101.374,01
	TED 656/2020	8.763.907,52
	TED 899/2020	1.795.158,00
	TED 308/2017	1.000.000,00
TED 123/2021	1.200.000,00	

	TED 656/2020	8.763.907,52
	TED 899/2020	1.795.158,00
	TED 308/2017	1.000.000,00
	TED 123/2021	1.200.000,00
	TED 378/2017	6.484.100,00
	TED 039/2017	801.883,89
	TED 280/2020	1.000.000,00
	TED 731/2019	13.485.744,90
	TED 531/2021	10.000.000,00
	TED 554/2019	4.937.305,27
	TED 919/2018	17.323.198,00
	TED 680/2020	2.264.203,89
	TED 77/2021	1.836.263,46
	TED 703/2020	756.547,75
	TED 702/2020	550.000,00
Total		60.892.478.437,40

Fonte: Tesouro Gerencial

Ganhos com Desincorporação de Passivos

O ganho com desincorporação de passivos evoluiu 83,72% até o encerramento do exercício de 2021, em comparação com o mesmo período do exercício anterior.

O Quadro 33 demonstra a origem das receitas com ganhos com desincorporação de passivos até o encerramento de 2021, que totaliza o montante de R\$ 105.721.274,44 (cento e cinco milhões, setecentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Além do cancelamento de restos a pagar processados, que desincorpora uma obrigação a pagar, devido a um possível erro na liquidação, e regularização de diárias a pagar, houve a transferência de precatórios a pagar para o passivo patrimonial dos órgãos da justiça federal, a baixa de obrigações a pagar de precatórios pelos órgãos da justiça federal e a baixa da obrigação de prestar contas referente ao Termo de Execução Descentralizada – TED nº 02/2013 (SIAFI 299332), cujos valores foram recebidos pelo DNIT e oriundos da Secretaria Nacional de Portos, cuja vigência findou em 26/02/2016. A Coordenação-Geral de Obras e Serviços da Secretaria Portos recomendou pela aceitação da execução física do objeto⁴⁷ para fins de prestação de contas, e o montante de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) passou da situação de “a comprovar” para “comprovado”, durante o primeiro trimestre de 2021.

Quadro 33 – Ganhos com Desincorporação de Passivos – Origem

UG Executora	Detalhamento	Saldo R\$ Dezembro/2021
SR/AC	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	58.873,32
SR/AM	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1,00
SR/RS	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	15.997,20
SR/PA	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	111.799,50
	Regularização - Diárias a Pagar	2.984,57
SR/BA	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1.039,40
SR/MG	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1.471,58
DNIT Sede	Reclassificação da Prestação de contas do TED 02/2013 de "a comprovar" para "comprovado" pelo Minfra	26.000.000,00
	Transferência precatórios para justiça federal	74.403.599,84

	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	606.600,45
	Baixa de precatório pela justiça federal	4.512.381,92
	Cancelamento de Restos a Pagar Processados	6.525,66
Total		105.721.274,44

Fonte: Tesouro Gerencial adaptado

NOTA 17: Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A rubrica Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas apresentou uma variação positiva de 48,43% na comparação entre os dois períodos, que em termos monetários corresponde a um aumento de R\$ 238.855.360,83 (duzentos e trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais e oitenta e três centavos). Essa variação deve-se, principalmente, pelo aumento de receita patrimonial com Restituições e Multas Administrativas, sendo que esta representa 82,23% da rubrica em questão, como demonstrado no Quadro 34.

Quadro 34 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas (Por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Variação R\$
MULTAS ADMINISTRATIVAS	601.967.985,19	429.082.908,21	82,23%	40,29%	172.885.076,98
MULTAS ADMINISTRATIVAS Intra OFSS	783,56		0,00%		783,56
MULTAS ADMINISTRATIVAS Inter - Municípios	2.007,33	0,00	0,00%		2.007,33
INDENIZACOES	1.178.457,04	4.174.032,76	0,16%	-71,77%	-2.995.575,72
RESTITUICOES	120.302.108,10	54.445.755,25	16,43%	120,96%	65.856.352,85
RESSARSCIMENTOS	33.339,73		0,00%		33.339,73
RESTITUICOES Intra OFSS		630,00	0,00%	-100,00%	-630,00
VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	290.043,59	443.361,84	0,04%	-34,58%	-153.318,25
DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NAO PREVIDENCIÁRIA - MULTA	0,00	30.170,28	0,00%	-100,00%	-30.170,28
DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NAO PREVIDENCIÁRIA - JUROS	3.506,51	2.381,82	0,00%	47,22%	1.124,69
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - MULTA	277.563,37	235.452,25	0,04%	17,89%	42.111,12
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - JUROS	8.039.032,69	4.824.773,87	1,10%	66,62%	3.214.258,82
Total	732.094.827,11	493.239.466,28	100,00%	48,43%	238.855.360,83

Fonte: Tesouro Gerencial

Multas Administrativas

Em relação à conta contábil Multas Administrativas, demonstra-se que houve um aumento de 40,29%, comparando os dois períodos, que em termos monetários representa uma variação positiva de R\$ 172.855.076,98 (cento e setenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setenta e seis reais e noventa e oito centavos), decorrente de arrecadação com multas de trânsito, multas aplicadas em postos de pesagem por excesso de peso e multas por descumprimento contratual, apresentando o montante de R\$ 601.967.985,19 (seiscentos e um milhões, novecentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), conforme Quadro 35.

Quadro 35 – Multas Administrativas por código de recolhimento

Código de Recolhimento - GRU / Tipo de Receita (VPA)		Saldo R\$		Análise		
		DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Variação R\$
Multas previstas em contratos - registros por competência		16.355.375,14	25.478.344,90	2,72%	-35,81%	-9.122.969,76
10040	DNIT-MULTAS DE TRANSITO	349.988.628,97	108.644.603,46	58,14%	222,14%	241.344.025,51
10041	DNIT-MLT.TRANSIT.EXC PESO	182.549,04	207.179,58	0,03%	-11,89%	-24.630,54

10042	DNIT-MLT.TRANSITO RADAR MOVEL	3.026,26	-1.281,17	0,00%	-336,21%	4.307,43
10043	DNIT-MULTA AVANCO SINAL	-1.726,58	-6.139,67	0,00%	-71,88%	4.413,09
10044	DNIT-MULTA TRA RADAR FIXO	-229.007,99	-252.483,46	-0,04%	-9,30%	23.475,47
10093	DNIT-MULTA COMPARTILHADAS CONVENIOS	471.976,27	80.620,24	0,08%	485,43%	391.356,03
10095	DNIT-MULTAS DE TRANSITO	217.011.435,52	284.128.990,05	36,05%	-23,62%	-67.117.554,53
10096	DNIT-MULTA TRANS-DEST FUNSET	0,00		0,00%		0,00
18804	MULTA PREVISTA NO CODIGO DE PROCESSO CIVIL	46.437,15		0,01%		46.437,15
18831	STN MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO	148.747,65	1.369.103,54	0,02%	-89,14%	-1.220.355,89
28847	MULTAS POR AUTO DE INFRACAO	9.108,04		0,00%		9.108,04
28849	INDENIZ DANOS CAUSADOS PATRIMONIO PUBLICO	3.765,06	4.475,98	0,00%	-15,88%	-710,92
28867	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	2.230.647,85	1.039.285,69	0,37%	114,63%	1.191.362,16
80077	PGF/RDA/DNIT-MULTAS DE TRANSITO(NAO AJUIZADA)	13.695,27	11.269,73	0,00%	21,52%	2.425,54
80138	PGF/RDA/DNIT-MULTAS DE TRANSITO(AJUIZADA)	348.711,49	109.972,78	0,06%	217,09%	238.738,71
80139	PGF/RDA/DNIT-MULT.TRANS. EXC.PESO (NAO AJUIZ)	243.541,73	2.690.679,08	0,04%	-90,95%	-2.447.137,35
80140	PGF/RDA/DNIT-MULT.TRANS. EXC.PESO (AJUIZADA)	14.833.201,25	5.527.769,73	2,46%	168,34%	9.305.431,52
88800	PGF/RDA-MULTA INFR.CONTRATO ADMINISTRATIVO	300.877,64	0,00	0,05%		300.877,64
88806	PGF/RDA/DNIT MULTA DE TRANSITO REV	6.995,43	50.517,75	0,00%	-86,15%	-43.522,32
Total		601.967.985,19	429.082.908,21	100,00%	40,29%	172.885.076,98

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores que aparecem como negativos nas colunas de saldo, no Quadro 35, significa que foram reclassificados para outros códigos de recebimento.

A variação positiva com arrecadação de infrações de trânsito se deve pela interrupção da expedição de novas notificações de penalidade no exercício de 2020⁴⁸, dos prazos para apresentação de defesa, indicação de condutor infrator e prazo para pagamento⁴⁹, que foram restabelecidos apenas no fim do exercício de 2020⁵⁰. Além disso, a Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito informou que as novas notificações de penalidade que não foram expedidas no exercício de 2020 foram postergadas até o mês de março de 2021, refletindo no aumento com a arrecadação com multas de trânsito durante o restante do exercício de 2021.

Restituições

Houve um aumento de 120,96% de variações patrimoniais aumentativas com restituições, decorrente principalmente do recolhimento de valores devidos por convenientes ao DNIT, conforme Quadro 36.

Quadro 36 – Restituições por Código de Recolhimento

Código de Recolhimento - GRU / Tipo de Receita (VPA)		Saldo R\$		Análise		
		DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Registros por competência - créditos diversos por ressarcimentos variados		33.860.740,70	33.159.628,08	28,15%	2,11%	701.112,62
18806	RECUP.DESP.PRIMARIA EXERC.ANTERIORES FTE 0100	14.875.195,78	2.586.494,76	12,36%	475,11%	12.288.701,02
18818	STN OUTRAS RESTITUICOES (DEDUCOES FOLHA)	92.443,80	192.672,33	0,08%	-52,02%	-100.228,53
18836	STN RESTIT.RECUR. CONVENIO EXERCICIO ANTERIOR	70.103.635,74	17.062.130,57	58,27%	310,87%	53.041.505,17
18856	STN OUTROS RESSARCIMENTOS	545.724,40	35.526,69	0,45%	1436,10%	510.197,71
18859	STN OUTRAS RESTITUICOES	32.071,25	144.428,41	0,03%	-77,79%	-112.357,16

18921	RECUP.DESP.PRIMARIA EXERC.ANTERIORES FTE 0144	93.044,70		0,08%		93.044,70
88802	PGF/RDA-RESSARCIMENTO AO ERARIO	8.434,96	670.602,29	0,01%	-98,74%	-662.167,33
88804	PGF/RDA-RESSARCIMENTO AO ERARIO DECISAO TCU	690.816,77	594.272,12	0,57%	16,25%	96.544,65
Total		120.302.108,10	54.445.755,25	100,00%	120,96%	65.856.352,85

Fonte: Tesouro Gerencial

Os principais registros por competência do período são referentes ao reconhecimento de créditos a receber relacionados a ressarcimentos ao erário da União.

1.1. DESPESAS (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – VPD):

NOTA 18: Serviços

As despesas com Serviços apresentaram um aumento de R\$ 151.741.276,82 (cento e cinquenta e um milhões, setecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos), ou 24,91% maior, na comparação entre o encerramento do exercício de 2020 e o de 2021.

A rubrica Serviços agrupa diversas contas contábeis, mas essa variação foi causada principalmente pelo aumento de dispêndios com Sentenças Judiciais – serviços de terceiros pessoa física, Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, Serviços de comunicação, gráfico e audiovisual e com Serviços Conservação/Manutenção de Ativos de Infraestrutura, conforme demonstrado no Quadro 37.

Quadro 37 – VPD - Serviços (Por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
Diárias	1.637.784,35	1.366.999,32	0,22%	19,81%	270.785,03
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física	313.026,82	24.434,88	0,04%	1181,07%	288.591,94
Serviços de Apoio administrativo, técnico e operacional - Pessoa Física	29.100,00	550,00	0,00%	5190,91%	28.550,00
Loações e Arrendamentos - Pessoa Física	175.526,99	315.511,06	0,02%	-44,37%	-139.984,07
Serviços Educacionais e Culturais - Pessoa Física	1.063.546,33	753.573,03	0,14%	41,13%	309.973,30
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros - Pessoa Física	61.720.659,28	34.594.315,78	8,11%	78,41%	27.126.343,50
Serviços Técnicos Profissionais	150.590.342,48	152.232.516,07	19,79%	-1,08%	-1.642.173,59
Serviços de Apoio administrativo, técnico e operacional	367.544.143,89	322.012.885,04	48,31%	14,14%	45.531.258,85
Serviços de Comunicação, gráfico e audiovisual	29.860.367,02	12.371.815,61	3,92%	141,36%	17.488.551,41
Serviço de Transporte, passagem, locomoção e hospedagem - Pessoa Jurídica	1.615.258,53	1.250.323,09	0,21%	29,19%	364.935,44
Serviços Administrativos - PJ	1.375.606,76	806.751,92	0,18%	70,51%	568.854,84
Serviços de Confecções - PJ	158.277,95	22.044,00	0,02%	618,01%	136.233,95
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros - PJ	12.891.582,84	13.763.176,53	1,69%	-6,33%	-871.593,69
Locação e arrendamento mercantil operacional	5.740.385,53	5.934.216,09	0,75%	-3,27%	-193.830,56
Serviços Educacionais e Culturais - PJ	101.284,08	102.864,72	0,01%	-1,54%	-1.580,64
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros - PJ	30.943.646,21	37.587.761,06	4,07%	-17,68%	-6.644.114,85

⁴⁸ Ofício-Circular 1254/2020/COMULT (SEI 5245215).

⁴⁹ Devido ao estado de calamidade pública reconhecida no Brasil, houve a publicação da Resolução CONTRAN nº 782/2020, as Deliberações 185, 186 e 187, expedidas em março de 2020.

⁵⁰ Resolução CONTRAN nº 805, de 16 de novembro de 2020.

Fornecimento de Alimentação	3.001,00	4.031,00	0,00%	-25,55%	-1.030,00
Seguros em Geral	402.221,28	439.898,48	0,05%	-8,56%	-37.677,20
Conservação/Manutenção de Ativos de Infraestrutura	94.038.607,28	24.749.959,10	12,36%	279,95%	69.288.648,18
Serviços prestados diversos - PJ	8.412,91	10.138,30	0,00%	-17,02%	-1.725,39
Serviços Técnicos Profissionais - PJ - Intra OFSS	1.220,10	7.019,94	0,00%	-82,62%	-5.799,84
Serviços de Apoio administrativo, técnico e operacional - PJ - Intra OFSS		10.465,20	0,00%	-100,00%	-10.465,20
Serviços de Comunicação, gráfico e audiovisual - PJ - Intra OFSS	242.318,75	578.518,31	0,03%	-58,11%	-336.199,56
Serviço de Transporte, passagem, locomoção e hospedagem - PJ - Intra OFSS	1.249,53		0,00%		1.249,53
Loações e Arrendamentos - PJ - Intra OFSS	2.789,38	22.478,95	0,00%	-87,59%	-19.689,57
Serviços Técnicos Profissionais - PJ - estados ou entidades estaduais	2.445,17	1.876,56	0,00%	30,30%	568,61
Serviços de Apoio administrativo, técnico e operacional - PJ - estados ou entidades estaduais	8.160,00		0,00%		8.160,00
Serviços de Comunicação, gráfico e audiovisual - PJ - estados ou entidades estaduais	11.005,69	676,59	0,00%	1526,64%	10.329,10
Serviço de Transporte, passagem, locomoção e hospedagem - PJ - estados ou entidades estaduais	92.942,01	2.635,78	0,01%	3426,17%	90.306,23
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros - PJ - estados ou entidades estaduais	261.503,51	109.424,56	0,03%	138,98%	152.078,95
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros - PJ - estados ou entidades estaduais	2.637,17	182,00	0,00%	1348,99%	2.455,17
Seguros em Geral - PJ - estados ou entidades estaduais	140,16	15.813,56	0,00%	-99,11%	-15.673,40
Serviços de Apoio administrativo, técnico e operacional - PJ - municípios ou entidades municipais	15.897,31	23.458,62	0,00%	-32,23%	-7.561,31
Serviços Administrativos - PJ - municípios ou entidades municipais	10,06		0,00%		10,06
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros - PJ - municípios ou entidades municipais	15.067,96	12.576,36	0,00%	19,81%	2.491,60
Total	760.870.168,33	609.128.891,51	100,00%	24,91%	151.741.276,82

Fonte: Tesouro Gerencial

Sentenças Judiciais – Serviços terceiros pessoa física

A conta contábil Sentenças Judiciais – Terceiros (Pessoa Física) registra as variações patrimoniais diminutivas provenientes do reconhecimento da obrigação a pagar com precatórios lançados pelos órgãos da justiça federal, além das despesas com honorários periciais referente a ação de desapropriação.

No período, houve um aumento de 78,41%, no valor R\$ 27.126.343,50 (vinte e sete milhões, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), com despesas referentes a terceiros em sentenças judiciais. O reconhecimento das obrigações a pagar com precatórios representa 99,60% dos registros nesta conta até o encerramento de 2021.

Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional

Os registros na conta contábil de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional referem-se a despesas com serviços de apoio, vigilância ostensiva, manutenção, conservação, limpeza, manobra e patrulhamento, socorro e salvamento, cópias e reprodução de documentos, armazenagem, locação de mão de obras, etc.

Até o encerramento do exercício de 2021, o volume de despesas com esse tipo de serviço foi 14,14% maior do que o apresentado no mesmo período de 2020, representando um acréscimo de R\$ 45.531.258,85 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

Os 15 principais fornecedores cujos contratos mais impactaram nesta conta, que representam 57,53% do total dos gastos registrados, estão listados no Quadro 38.

Quadro 38 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnicos e Operacionais (Principais Fornecedores)

Fornecedores		Saldo - R\$
		DEZ/2021
01466431000100	GCT - GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRANSITO S/A	34.547.981,68
56419492000109	WORKS CONSTRUCAO & SERVICOS EIRELI	33.249.363,51
09370244000130	DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA EIRELI	21.829.929,96
04718687000156	ANTONELLY CONSTRUcoes E SERVICOS EIRELI	15.558.455,18
16383848000187	MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINACAO E TECNOLOGIA LTDA	12.846.343,03
07877926000109	VELSIS SISTEMAS E TECNOLOGIA VIARIA S.A.	12.820.479,46
00113691000130	FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMACAO LTDA	11.415.510,42
25898180000100	SIGMA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	10.627.368,76
16502551000193	SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA	9.123.973,69
26444653000153	ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESPECIAL	9.078.467,57
73688517000199	FOTOSENSORES TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA	8.588.240,02
88849773000198	STE SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA SA	8.551.433,97
38054508000145	FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI	8.008.431,29
02363619000781	SERGET MOBILIDADE VIARIA LTDA	7.607.264,29
93315190000117	ELISEU KOPP & CIA LTDA	7.606.597,04
Total		211.459.839,87

Fonte: Tesouro Gerencial

Serviços de Comunicação, gráfico e audiovisual

Os registros da conta Serviços de Comunicação, Gráfico e Audiovisual, que refletem as despesas patrimoniais provenientes da utilização de serviços de comunicação em geral, de áudio, vídeo, foto, gráficos e editoriais, apresentaram um aumento de 141,36% em relação ao mesmo período de 2020, ou seja, um acréscimo de R\$ 17.488.551,41 (dezesete milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos).

Essa variação ocorreu devido à interrupção da expedição de novas notificações de penalidade de trânsito no exercício de 2020⁵¹, dos prazos para apresentação de defesa, indicação de condutor infrator e prazo para pagamento⁵², que foram restabelecidos apenas no fim do exercício de 2020⁵³. Além disso, a Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito informou que as novas notificações de penalidade que não foram expedidas no exercício de 2020 foram postergadas até o mês de março de 2021, refletindo no aumento com a arrecadação com multas de trânsito durante o restante do exercício de 2021, assim como na evolução de despesas com serviços postais com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que é a principal empresa credora dos serviços registrados nesta conta contábil.

⁵¹ Ofício-Circular 1254/2020/COMULT (SEI 5245215).

⁵² Devido ao estado de calamidade pública reconhecida no Brasil, houve a publicação da Resolução CONTRAN nº 782/2020, as Deliberações 185, 186 e 187, expedidas em março de 2020.

⁵³ Resolução CONTRAN nº 805, de 16 de novembro de 2020.

Conservação/Manutenção Ativos de Infraestrutura

O reconhecimento de despesa com serviços de conservação e manutenção de ativos de infraestrutura, que não contribuíram para o aumento da vida útil desses ativos, sofreu um aumento de 279,95% entre o encerramento do exercício de 2021 e o mesmo período de 2020, que significa uma variação positiva de R\$ 69.288.648,18 (sessenta e nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e dezoito centavos).

Os dez principais fornecedores cujos contratos mais impactaram nesta conta, que representam 91,68% do total dos gastos registrados, estão listados no Quadro 39.

Quadro 39 – Principais fornecedores de serviços de conservação/manutenção em ativo de infraestrutura

Fornecedores		Saldo - R\$
		DEZ/2021
03552884000185	COMSERVICO LTDA	17.926.696,37
08651815000142	JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA.	16.689.966,48
04718687000156	ANTONELLY CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	15.415.172,81
00188111000173	R PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	6.930.226,46
00078296000163	PAMPULHA ENGENHARIA LTDA	6.453.567,35
37513014000119	SUPERPESA TRANSPORTES, PROJETOS E FABRICACAO S.A.	5.947.524,61
05641692000170	JEED ENGENHARIA LTDA	5.195.225,86
05410666000131	FOCUS EMPREENDIMENTOS EIRELI	4.825.491,01
30276927000110	VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA	3.466.584,99
24650529000208	RIO PARANA ECLUSAS S.A.	3.364.047,52
Total		86.214.503,46

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 19: Depreciação, Amortização e Exaustão

As despesas com depreciação, amortização e exaustão aumentaram 454,17% no período analisado. Esse aumento é reflexo do início da operação do SIADS nas Unidades Gestoras listadas no Quadro 6 da Nota 05.

NOTA 20: Transferências Intergovernamentais

Esta conta contábil é alimentada pelas despesas (variações patrimoniais diminutivas) relacionadas às transferências de valores a estados e municípios, como Termos de Compromissos e Convênios.

Em comparação com o mesmo período de 2020, houve aumento, até o encerramento do exercício de 2021, de R\$ 43.325.704,94 (quarenta e três milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e quatro reais e noventa e quatro centavos). No período analisado, cinco estados da federação receberam recursos: Paraná, São Paulo, Piauí, Roraima e Pernambuco, conforme Quadro 40.

Quadro 40 – Unidades da Federação que receberam recursos do DNIT

Unidade da Federação		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
		DEZ/2021	DEZ/2020
MG	MINAS GERAIS		5.407.375,86
PE	PERNAMBUCO	34.265.222,62	
PI	PIAUI	55.532.651,75	58.818.586,38
PR	PARANA	4.500.000,00	
RO	RONDONIA		4.000.000,00
RR	RORAIMA	22.000.000,00	7.000.000,00
SP	SAO PAULO	2.253.792,81	
Total		118.551.667,18	75.225.962,24

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 21: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A despesa patrimonial com Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos, apresentou um decréscimo de 58,14% em relação ao mesmo período de 2020, que, em termos monetários, representa uma variação de R\$ 4.199.913.473,01 (quatro bilhões, cento e noventa e nove milhões, novecentos e treze mil, quatrocentos e setenta e três reais e um centavo), conforme apresentado no Quadro 41.

Quadro 41 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Varição R\$
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS		2.088.602,08	0,00%	-100,00%	-2.088.602,08
AJUSTE PARA PERDAS DE DEMAIS CREDITOS A RECEB	716.930.751,66		23,71%		716.930.751,66
PERDAS COM ALIENACAO DE BENS MOVEIS	847.037,16	142.768,34	0,03%	493,29%	704.268,82
PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS MOVEIS	78.689,26		0,00%		78.689,26
INCORPORACAO DE PASSIVOS		22.837,29	0,00%	-100,00%	-22.837,29
INCORPORACAO DE PASSIVOS Intra OFSS	2.867.337,77	71.277,88	0,09%	3922,76%	2.796.059,89
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	2.101.407.453,37	7.150.992.302,26	69,49%	-70,61%	-5.049.584.848,89
DESINCORPORACAO DE ATIVOS Intra OFSS	201.819.358,03	70.546.312,41	6,67%	186,08%	131.273.045,62
Total	3.023.950.627,25	7.223.864.100,26	100,00%	-58,14%	-4.199.913.473,01

Fonte: Tesouro Gerencial

O registro de R\$ 716.930.751,66 (setecentos e dezesseis milhões, novecentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos) com ajuste para perdas de créditos a receber julgados em Tomadas de Contas Especiais está detalhado na Nota 03.

A principal causa na redução com despesas patrimoniais desta rubrica é a variação negativa de 70,61% na conta de Desincorporação de Ativos, pois em 2020, houve desincorporação monetariamente maior do valor patrimonial das rodovias do que no exercício de 2021. O detalhamento do valor patrimonial das rodovias consta na Nota 06.

As maiores variações patrimoniais diminutivas (despesas patrimoniais) da conta Desincorporação de Ativos em 2021 estão listados no Quadro 42.

Quadro 42 – Principais registros de Desincorporação de Ativos em 2021

Principais registros de despesas patrimoniais	Valor R\$
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DAS RODOVIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	783.406.519,98
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DAS RODOVIAS DO ESTADO DO MARANHAO, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	296.824.572,53
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	238.830.268,09
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	175.275.868,09
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DAS RODOVIAS DO ESTADO DO CEARA, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	99.161.802,62
CONTABILIZACAO DO VALOR PATRIMONIAL ATUALIZADO DAS INSTALACOES PORTUARIAS DE PEQUENO PORTE (IP4) QUE TIVERAM DIMINUICAO NO SEU VALOR PATRIMONIAL ENTRE 2020X2021, BEM COMO A BAIXA DOS SALDOS DE OBRAS EM ANDAMENTO DESSAS MESMAS IP4, EM CONFORMIDADE COM OS DOCUMENTOS SEI 9281618, 9372616, 9610829 E 9830989 DO PROCESSO 50600.514186/2017-45, RESUMIDOS NA PLANILHA SEI 9789967, BEM COMO NAS INFORMACOES PRESTADAS NO PROCESSO 50600.029875/2021-35.	86.632.792,83
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	62.655.223,94
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DE TOCANTINS, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	59.952.550,17
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	59.928.518,99
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DAS RODOVIAS DO ESTADO DA BAHIA, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	51.521.388,38
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DO PIAUI, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	40.925.298,02
REDUCAO DO VALOR PATRIMONIAL DAS RODOVIAS DO ESTADO DO AMAZONAS, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 10027602.	38.605.804,03
Total	1.993.720.607,67

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores registrados na conta Desincorporação de Ativos Intra OFSS referem-se a registros de comprovação de prestação de contas, ou do recebimento de devolução de valores, de Termos de Execução Descentralizada, detalhados na Nota 01.

NOTA 22: Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

A rubrica Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas apresentou uma variação positiva de 160,18% na comparação entre os dois períodos, que em termos monetários corresponde a um aumento de R\$ 19.219.507,91 (dezenove milhões, duzentos e dezenove mil, quinhentos e sete reais e noventa e um centavos) nas despesas. Essa variação deve-se, principalmente, pelo aumento na conta que abriga os registros de exclusão do valor Principal, de Multa e de Juros de Dívida Ativa Não Tributária, conforme Quadro 43, devido à desincorporação de créditos a receber devido à suspensão dos efeitos do Acórdão 537/2016-TCU-Plenário, tendo em vista despacho proferido pelo Ministro Augusto Nardes, com posterior registro em contas de controle de ativo contingente.

Quadro 43 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas (Por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%	Variação R\$
MULTAS ADMINISTRATIVAS	10.794,56	4.266,66	0,03%	153,00%	6.527,90
MULTAS ADMINISTRATIVAS	6.288,72		0,02%		6.288,72

MULTAS ADMINISTRATIVAS	824,38	5.808,10	0,00%	-85,81%	-4.983,72
MULTAS ADMINISTRATIVAS		201,43	0,00%	-100,00%	-201,43
INDENIZACOES	622.868,59	62.740,87	2,00%	892,76%	560.127,72
RESTITUICOES	11.083,22	24.394,64	0,04%	-54,57%	-13.311,42
RESTITUICOES	329,00	380,00	0,00%	-13,42%	-51,00
VPD DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS	9.482.206,80	10.189.077,82	30,37%	-6,94%	-706.871,02
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA -EXCLUSAO - PRINC	6.230.349,02	1.676.669,01	19,96%	271,59%	4.553.680,01
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - EXCLUSAO -MULTA	1.246.069,80		3,99%		1.246.069,80
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA -EXCLUSAO - JUROS	13.607.326,01	35.093,66	43,59%	38674,31%	13.572.232,35
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-EXCLUSAO-OUTROS	0,00		0,00%		0,00
Total	31.218.140,10	11.998.632,19	100,00%	160,18%	19.219.507,91

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta contábil VPD decorrentes de Fatos Geradores Diversos, que teve uma redução no valor de R\$ 706.871,02 (setecentos e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e dois centavos), demonstra os valores retidos de multas de trânsito aplicadas pelo DNIT, que, por serem arrecadadas por órgãos e entidades executivos de trânsito estaduais onde o veículo autuado está registrado, são recolhidos a esses órgãos, em conformidade com a Portaria DENATRAN nº 02/2018.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 23: Execução da Receita Orçamentária

Destaca-se, no exercício de 2021, a realização de 55,81% do total de receitas previstas, sendo 156,84% das Receitas Correntes e 0,24% da Receitas de Capital.

A alta realização das Receitas Correntes deve-se principalmente à arrecadação de:

- 135,14% da Receita de Serviços prevista com atividades de apoio administrativo, como taxas de registro, vistoria, licença etc relacionadas com exploração de bens, direitos e serviços, conforme detalhado na Nota 14 – Exploração de Bens, Direitos e Serviços da Demonstração de Variação Patrimonial – DVP;
- 160,18% de Outras Receitas Correntes prevista com multas administrativas, contratuais e judiciais, representando 92,10% do total arrecadado com receitas orçamentárias em 2021, e onde estão enquadradas as multas de trânsito, que apresentaram aumento expressivo em relação ao exercício de 2020, conforme detalhado na Nota 17 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.

Contra uma previsão de R\$ 691.219.833,00 (seiscentos e noventa e um milhões, duzentos e dezenove mil e oitocentos e trinta e três reais), a arrecadação com receitas de capital atingiu 0,24%, ou seja, o valor de R\$ 1.677.248,78 (um milhão, seiscentos e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos) relacionado à alienação de bens móveis.

O Quadro 44 compara a realização de receitas entre os exercícios de 2021 e 2020, demonstrando que:

- as Receitas Correntes, que representam 99,72% das realizadas, aumentaram 42,52% em relação ao exercício de 2020, principalmente devido ao aumento na arrecadação Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais;
- a redução, entre os dois exercícios, de receita patrimonial e aumento de receita de serviços sinaliza que os recolhimentos oriundos dos preços públicos dos Termos de Permissão de Uso da Faixa de Domínio podem ter sido realizados com o código das Guias de Recolhimento da União de serviços administrativos ao invés de arrendamentos, ou que aumentou a inadimplência com o pagamento do uso da faixa de domínio, após os referidos Termos serem formalizados;

c) a receita com Alienação de Bens Móveis, que é a única Receita de Capital arrecadada pelo DNIT, aumentou 825,12% em relação ao exercício de 2020, devido à alienação de parte da frota de veículos oficiais.

Quadro 44 – Receitas Realizadas

Categoria Econômica	Origem da Receita		Espécie de Receita		Saldo - R\$ (Receitas Realizadas)		Análise		
					2021	2020	AH%	AV%	
1	RECEITAS CORRENTES	3	RECEITA PATRIMONIAL	1	EXPLORACAO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	5.355.284,76	6.322.408,04	-15,30%	0,90%
		6	RECEITA DE SERVICOS	1	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	40.179.907,43	28.794.586,66	39,54%	6,72%
		9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1	MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	549.970.208,57	378.936.405,37	45,14%	91,98%
				2	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	728.743,40	4.287.121,10	-83,00%	0,12%
		Total				596.234.144,16	418.340.521,17	42,52%	99,72%
2	RECEITAS DE CAPITAL	2	ALIENACAO DE BENS	1	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	1.677.248,78	181.300,00	825,12%	0,28%
Total					597.911.392,94	418.521.821,17	42,86%	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 24: Execução da Despesa Orçamentária

Representando 80,69% do total das despesas, a execução (despesas empenhadas em relação à dotação atualizada) das Despesas de Capital do grupo Investimentos foi de 97,67%, no montante de R\$ 6.190.489.087,48 (seis bilhões, cento e noventa milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitenta sete reais e quarenta e oito centavos), apresentando uma redução de 18,45%, conforme observado no Quadro 45.

Quadro 45 – Execução da Despesa Orçamentária

Categoria Econômica Despesa		Grupo Despesa		SALDO R\$ - DESPESAS EMPENHADAS		ANÁLISE		
				2021	2020	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
3	DESPESAS CORRENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	725.214.012,44	586.954.663,02	9,45%	23,56%	138.259.349,42
3	DESPESAS CORRENTES	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	756.672.202,43	748.020.805,95	9,86%	1,16%	8.651.396,48
4	DESPESAS DE CAPITAL	4	INVESTIMENTOS	6.190.489.087,48	7.591.039.446,60	80,69%	-18,45%	-1.400.550.359,12
Total				7.672.375.302,35	8.926.014.915,57	100,00%	-14,04%	-1.253.639.613,22

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto às Despesas Correntes, a execução foi no montante de R\$ 1.481.886.214,87 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e um milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e sete centavos), tendo como principal dispêndio, nesta categoria econômica, Pessoal e Encargos Sociais com R\$ 756.672.202,43 (setecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, duzentos e dois reais e quarenta e três), que aumentou 1,16% em relação ao exercício de 2020, se mantendo estável.

O valor empenhado com Outras Despesas Correntes apresentou evolução de 23,56% entre 2020 e 2021, que representa um acréscimo monetário de R\$ 138.259.349,42 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

O Quadro 46 compara a execução de despesas, entre 2021 e 2020, por natureza de despesa.

Quadro 46 – Despesas Orçamentárias executadas por Natureza de Despesa

Natureza Despesa		SALDO R\$ - DESPESAS EMPENHADAS		ANÁLISE		
		2021	2020	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.195.365,88	2.239.724,26	0,03%	-1,98%	-44.358,38
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.636.001,35	1.370.127,91	0,02%	19,41%	265.873,44
339030	MATERIAL DE CONSUMO	7.555.675,62	5.928.983,07	0,10%	27,44%	1.626.692,55
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.130.138,58	482.358,61	0,03%	341,61%	1.647.779,97
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	8.623.169,41	26.670.839,13	0,11%	-67,67%	-18.047.669,72
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEROS - PESSOA FISICA	2.057.466,43	1.856.134,10	0,03%	10,85%	201.332,33
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	114.523.590,98	120.479.198,12	1,49%	-4,94%	-5.955.607,14
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	503.025.847,58	319.342.977,82	6,56%	57,52%	183.682.869,76
339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	42.930.204,89	41.001.719,32	0,56%	4,70%	1.928.485,57
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	12.311.428,14	12.760.097,60	0,16%	-3,52%	-448.669,46
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7.303.525,83	4.858.327,32	0,10%	50,33%	2.445.198,51
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	0,00		0,00%		0,00
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	675.138,85	1.121.396,14	0,01%	-39,79%	-446.257,29
339059	PENSOES ESPECIAIS	12.353.543,88	4.121.980,04	0,16%	199,70%	8.231.563,84
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	238.339,63	70.333,33	0,00%	238,87%	168.006,30
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	735.979,68	36.846.538,86	0,01%	-98,00%	-36.110.559,18
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.444.782,42	6.701.462,14	0,08%	-3,83%	-256.679,72
339095	INDENIZACAO PELA EXECUCAO TRABALHOS DE CAMPO	40.398,20	37.787,69	0,00%	6,91%	2.610,51
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	422.503,62	952.391,30	0,01%	-55,64%	-529.887,68
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	9.915,27	22.266,99	0,00%	-55,47%	-12.351,72
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	996,20	90.019,27	0,00%	-98,89%	-89.023,07
319001	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	179.219.926,47	179.139.107,03	2,34%	0,05%	80.819,44
319003	PENSOES	35.931.912,30	32.561.224,27	0,47%	10,35%	3.370.688,03
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	4.023.184,04	3.903.977,02	0,05%	3,05%	119.207,02
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	399.246.239,24	398.437.983,84	5,20%	0,20%	808.255,40
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	12.685,07	11.072,85	0,00%	14,56%	1.612,22
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.224.119,14	2.640.210,18	0,03%	-15,76%	-416.091,04

319091	SENTENCAS JUDICIAIS	9.694.417,70	10.568.438,17	0,13%	-8,27%	-874.020,47
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.568.604,13	1.510.378,25	0,03%	70,06%	1.058.225,88
319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	27.930.895,34	26.735.266,34	0,36%	4,47%	1.195.629,00
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-OR-CAMENTARIAS	95.820.219,00	92.513.148,00	1,25%	3,57%	3.307.071,00
443251	OBRAS E INSTALACOES	90.199.860,00	145.841.208,99	1,18%	-38,15%	-55.641.348,99
444251	OBRAS E INSTALACOES	38.069.001,99	5.957.375,86	0,50%	539,02%	32.111.626,13
449030	MATERIAL DE CONSUMO	127.800,00	3.048,87	0,00%	4091,72%	124.751,13
449035	SERVICOS DE CONSULTORIA	92.188.709,73	90.228.950,45	1,20%	2,17%	1.959.759,28
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	2.256.643.903,31	2.437.997.982,25	29,41%	-7,44%	-181.354.078,94
449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	13.055.579,02	4.320.004,84	0,17%	202,21%	8.735.574,18
449047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.045,64	959.454,61	0,00%	-99,16%	-951.408,97
449051	OBRAS E INSTALACOES	3.491.114.320,72	4.767.660.802,57	45,50%	-26,78%	-1.276.546.481,85
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.446.859,81	16.757.080,38	0,33%	51,86%	8.689.779,43
449061	AQUISICAO DE IMOVEIS	179.217.887,13	116.083.514,19	2,34%	54,39%	63.134.372,94
449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.506.993,51	4.301.381,72	0,05%	-18,47%	-794.388,21
449147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	910.126,62	928.641,87	0,01%	-1,99%	-18.515,25
Total		7.672.375.302,35	8.926.014.915,57	100,00%	-14,04%	-1.253.639.613,22

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 25: Restos a Pagar

Em 31/12/2021, o DNIT possuía o saldo de R\$ 20.100.409,18 (vinte milhões, cem mil, quatrocentos e nove reais e dezoito centavos) de Restos a Pagar Processados (RPP), e de R\$ 876.185.047,54 (oitocentos e setenta e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil, quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) de Restos a Pagar Não Processados, incluindo o saldo a liquidar, o liquidado e o em liquidação.

Até o encerramento do exercício de 2021, pagou-se 78,13% dos Restos a Pagar Processados, e 73,08% dos Restos a Pagar Não Processados, inscritos e reinscritos no encerramento do exercício de 2020, conforme Quadro 47.

Quadro 47 – Pagamento de Restos a Pagar

	INSCRITOS E REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.143.305.443,07	239.111.373,34	3.028.009.022,19	876.185.047,54	73,08%
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	95.629.284,73	815.639,11	74.713.236,44	20.100.409,18	78,13%
Total	4.238.934.727,80	239.927.012,45	3.102.722.258,63	896.285.456,72	73,20%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto à execução dos Restos a Pagar, o Quadro 48 demonstra como foi o tratamento dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) em 2021. O percentual de liquidação dos RPNP foi de 73,14% em relação aos inscritos e reinscritos subtraindo os cancelados, representando um montante de R\$ 3.030.519.156,83 (três bilhões, trinta milhões, quinhentos e dezenove mil, cento e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos), sendo em sua maioria, despesas relacionadas a investimentos.

Quadro 48 – Execução de Restos a Pagar Não Processados

	Grupo de Despesa (Saldo R\$)			Total	AV%
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS		
A RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS E REINSCRITOS	24.972.533,02	368.429.096,17	3.749.903.813,88	4.143.305.443,07	100,00%
B RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	10.864.975,90	50.757.060,40	177.489.337,04	239.111.373,34	5,77%
C RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LÍQUIDO (A - B)	14.107.557,12	317.672.035,77	3.572.414.476,84	3.904.194.069,73	94,23%
D RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	9.345.705,94	52.090.718,23	812.238.488,73	873.674.912,90	21,09%
E RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	4.761.851,18	265.581.317,54	2.760.175.988,11	3.030.519.156,83	73,14%
F RESTOS A PAGAR NAO PROCES. LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	33.383,12	2.476.751,52	2.510.134,64	0,06%
G RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	4.761.851,18	265.547.934,42	2.757.699.236,59	3.028.009.022,19	73,08%
H RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A PAGAR	9.345.705,94	52.124.101,35	814.715.240,25	876.185.047,54	21,15%

Fonte: Tesouro Gerencial

4. BALANÇO FINANCEIRO:

NOTA 26 – Movimentação Financeira

O resultado da movimentação de recursos no exercício de 2021 apresentou uma redução de 82,18%, saindo de um resultado financeiro de R\$ 141.969.258,43 em 2020, para R\$ 25.302.130,57 em 2021.

Em comparação ao mesmo período no exercício anterior, as receitas orçamentárias tiveram um aumento de 42,86% e as despesas apresentaram uma redução de 14,04%. Ressalte-se que o Balanço Financeiro considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento. Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada pelo seu valor líquido. O Balanço Financeiro registra como Pagamentos Extraorçamentários o pagamento do Restos a Pagar Processados e Não Processados. O Quadro 49 sintetiza esses saldos.

Quadro 49 – Síntese – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO			
	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Receitas Orçamentárias	597.911.392,94	418.521.821,17	42,86%
Despesas Orçamentárias	7.672.375.302,35	8.926.014.915,57	-14,04%
Transferências Financeiras Recebidas	8.155.680.455,77	8.843.034.422,26	-7,77%
Transferências Financeiras Concedidas	1.128.702.433,34	1.012.419.293,08	11,49%
Recebimentos Extraorçamentários	3.128.573.980,38	3.136.692.631,52	-0,26%
Pagamentos Extraorçamentários	3.106.390.223,97	2.601.783.924,73	19,39%
Resultado Financeiro	-25.302.130,57	-141.969.258,43	-82,18%

Fonte: Tesouro Gerencial

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro - BF e do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC confirma a variação da movimentação financeira nos períodos demonstrada no Quadro 50.

Quadro 50 – Conciliação DFC e BF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31/12/2021	31/12/2020
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Resultado Financeiro)	-25.302.130,57	-141.969.258,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	171.271.653,38	313.240.911,81
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	145.969.522,81	171.271.653,38

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2022

MARINA BRAZ DE CASTRO CALILAnalista Administrativo - Contador
CRC DF-024296/O-0 – Matrícula DNIT 4654-0**FABRÍCIO ADRIANO RIBEIRO**Chefe da Div. de Análise e Controles Contábeis
CRC DF-020183/O-5 – Matrícula DNIT 4643-4**JAQUELINE COSTA DA SILVA**Coordenadora de Contabilidade
CRC DF-011998/O-2 – Matrícula DNIT 1937-2